



Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras 2015

CNPJ/MF 08.336.783/0001-90

NIRE: 42300030759

Inscrição Estadual: 255.266.626



Sumário

Mensagem da Administração	3	7. Caixa e Equivalentes de Caixa	55
1. Apresentação	4	8. Contas a Receber de Clientes	56
2. Perfil Empresarial	4	9. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	60
3. Cenário Econômico	5	10. Ativo Indenizatório – Concessão	61
4. Ambiente Regulatório	6	11. Tributos a Recuperar ou Compensar	63
5. Desempenho do Mercado Cativo	7	12. Transações com Partes Relacionadas	64
6. Investimentos	7	13. Intangível	65
7. Desempenho Econômico-Financeiro	12	14. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	66
8. Desempenho Social	13	15. Outros Créditos	68
9. Desempenho Meio Ambiente	15	16. Fornecedores	69
10. Demonstração do Valor Adicionado – DVA	18	17. Empréstimos e Financiamentos	70
11. Estrutura de Governança	18	18. Debêntures	72
12. Balanço Social	20	19. Tributos e Contribuições Sociais	74
13. Agradecimentos	22	20. Taxas Regulamentares	74
Balanços Patrimoniais	23	21. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais	75
Demonstrações de Resultados	25	22. Passivo Atuarial	78
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	26	23. Patrimônio Líquido	84
Demonstrações do Resultado Abrangente	27	24. Seguros	86
Demonstrações do Valor Adicionado	28	25. Receita Operacional	87
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	29	26. Custos e Despesas Operacionais	89
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	30	27. Resultado Financeiro	92
1. Contexto Operacional	30	Relatório dos Auditores Independentes Sobre as demonstrações Financeiras	93
2. Base de Preparação	33	Manifestação do Conselho de Administração	95
3. Resumo das Principais Políticas Contábeis	34	Parecer do Conselho Fiscal	96
4. Gestão de Risco Financeiro	48	Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	97
5. Instrumentos Financeiros por Categoria	53	Declaração dos Diretores Sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98
6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros	55		

Mensagem da Administração

No mesmo ano em que comemorou seis décadas de fundação, a Celesc Distribuição S.A. se destacou, em 2015, na avaliação para o Prêmio da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee, como finalista nas categorias de Evolução do Desempenho e Melhor Distribuidora da Região Sul.

Esse reconhecimento abrilhantou a conquista, em dezembro, da renovação do seu contrato de concessão por mais 30 anos; vislumbrando um horizonte de renovados esforços para promover eficiência e melhoria continuada em todos os nossos processos.

Essas foram grandes notícias em um ano especialmente complexo vivido pelo País, em que as empresas do Setor Elétrico tiveram que lidar, primeiro com os impactos da baixa hidraulicidade e os altos custos da geração e, na sequência, com o arrefecimento da economia e a redução do consumo de energia elétrica. Na área de concessão da Celesc D registrou queda de 2,1% no ano, ante a perspectiva de crescimento de 3%.

Apesar do cenário desfavorável, a Celesc D encerrou 2015 com Receita Operacional Bruta de R\$12,1 bilhões, 45% maior que a de 2014, e Receita Operacional Líquida de R\$6,7 bilhões, 10,4% mais que o registrado no ano anterior. O lucro líquido do Exercício, por sua vez, foi de R\$81,3 milhões, com decréscimo de 78,8%. A queda deve-se, especialmente, à contabilização, em 2014, da reversão de provisão referente à Re-composição Tarifária Extraordinária de 2012, no valor de R\$221,6 milhões, não recorrente em 2015.

A despeito das dificuldades, a Empresa realizou importantes investimentos, que contabilizaram R\$ 457 milhões e incluem a construção de cinco subestações e quatro novas linhas de transmissão, além de avanços na automação do sistema de operação da rede elétrica. No período, os indicadores de qualidade do fornecimento Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC apresentaram melhora de 3,2% e de 2,9%, em relação ao exercício anterior.

A Empresa também vem investindo fortemente em capacitação e novas tecnologias. Em 2015, os investimentos em P&D, prioritariamente voltado ao core-business, chegaram a R\$18,7 milhões e outros R\$45,6 milhões foram aplicados em projetos de disseminação do uso eficiente e seguro da energia elétrica, que beneficiaram principalmente comunidades de baixa renda, hospitais filantrópicos e consumidores residenciais.

No ano, também foi lançada a **Declaração de Mudanças Climáticas**, que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva, e a Política Anticorrupção, com caráter orientativo e preventivo. Também conquistamos, em 2015, o Selo de Sistema de Gestão em Responsabilidade Socioambiental certificado pela NBR 16001:12 para mais quatro unidades da Empresa e ainda foi criado sistema de gestão socioambiental que serviu para elaborar o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, cuja implantação está prevista para 2016.

Também cabe ressaltar, do período, a consolidação do Programa Celesc Voluntária, que visa difundir e fortalecer o conceito de cidadania empresarial entre os empregados, despertando a consciência solidária e o trabalho como agentes de transformação social. Criado em 2013, o Programa já beneficiou mais de 80 mil catarinenses com ações que vão desde a reforma de escolas até a limpeza de praias e rios.

Essa breve retrospectiva mostra o nosso trabalho em direção à sustentabilidade, tomando-a como princípio, estratégia e linha de atuação.

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

1. Apresentação

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, denominado *International Financial Reporting Standards – IFRS*, introduzido no Brasil pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, consubstanciado na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, pelos pronunciamentos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelas normas específicas aplicáveis as concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. Perfil Empresarial

Com presença consolidada entre as melhores do setor elétrico do País, a Celesc D é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica em 92% do território de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 264 dos 295 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no Paraná, atendendo a 2,7 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

De acordo com estudo divulgado, em 2015, pela consultoria alemã Roland Berger, a Empresa está entre as 20 melhores companhias de energia do mundo. Ela figurou entre as 12 brasileiras selecionadas pelo seu bom desempenho no Setor. Essas companhias tiveram retorno sobre capital investido e crescimento em receita pelo menos duas vezes superior ao da média mundial.

Realizado com 230 empresas de energia em todo mundo, o estudo destacou que as empresas elétricas nacionais adquiriram grande capacidade de adaptação em relação às estrangeiras por operarem num ambiente sujeito a grandes mudanças regulatórias. Isso fez com que adquirissem disciplina fiscal e desenvolvessem modelos de gestão eficientes.

A Celesc D também foi destaque na última avaliação realizada pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADEE, em que foi finalista na categoria geral de Evolução do Desempenho e na categoria Melhor Distribuidora da Região Sul, alcançando a melhor colocação nos últimos anos.

3. Cenário Econômico

3.1. Macroeconomia

Segundo especialistas, em 2015, o País teve fraco desempenho econômico em virtude de vários fatores conjugados: incertezas políticas, baixo nível de investimentos, inflação elevada, queda da confiança, redução no índice de emprego e altas taxas de juro.

A indústria esteve no centro da crise econômica, com forte queda da produção. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o setor industrial usou apenas 74,6% da capacidade instalada. A retração mais importante ocorreu no setor de bens de capital, atingindo 25,1%, no período acumulado de janeiro a dezembro. Também foi expressiva a queda na produção de bens de consumo duráveis (18,3%), puxada pelo setor de automóveis e eletrodomésticos. A produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis também encolheu, assim como bens intermediários, mostrando que toda a cadeia produtiva ficou comprometida pela crise.

A inflação do ano medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA fechou em 10,67%, a maior taxa desde 2002, segundo o IBGE. De acordo com o Instituto, o maior impacto foi causado pelos preços da energia elétrica e dos combustíveis. A conta de luz do consumidor brasileiro ficou, em média, 51% maior do que em 2014. O reajuste no valor dos combustíveis chegou a 21,43%.

Em 2015, a economia brasileira teve o pior desempenho anual desde 2003, de acordo com cálculos do Banco Central – BC. O Índice de Atividade Econômica – IBC-Br, fechou o ano com baixa de 4,08%, considerando dados sem ajuste sazonal. Os dados contemplam a contração da indústria, que foi de 8,3% em 2015 (o pior resultado desde 2003), e a queda de 4,3% do setor de varejo (o pior resultado desde 2001). O volume do setor de serviços encolheu 3,6% no ano passado, porém teve alta nominal de 1,5% em faturamento.

O setor público consolidado fechou o ano com déficit primário R\$111,249 bilhões, o que equivale a 1,88% do Produto Interno Bruto – PIB. Esse resultado é o pior da série histórica do Banco Central para esse indicador, que teve início em dezembro de 2001.

3.2. Economia Catarinense

O ano de 2015 também ficou marcado pela retração da economia catarinense. Os efeitos da recessão foram verificados principalmente pela queda na produção industrial e no ritmo de vendas do comércio, conforme avaliação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina – Fecomércio.

De acordo com a Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, a política econômica recessiva levou ao desemprego, baixo consumo e cortes nos investimentos. Por meio da Pesquisa de Indicadores Industriais de SC, a FIESC constatou que as vendas da indústria de Santa Catarina caíram 12% em relação a 2014. Foi a maior desaceleração nas vendas da indústria catarinense desde 2004, primeiro ano da pesquisa. O desempenho foi negativo para 13 dos 16 setores pesquisados.

Nas exportações, a economia catarinense apresentou redução de 15% em comparação com 2014. O resultado é reflexo da redução dos preços no mercado internacional de itens relevantes como a carne e a soja.

3.3. Mercado de Energia Elétrica em SC

Em 2015, a energia distribuída pela Celesc D (mercado cativo e consumidores livres), sem considerar as perdas e o consumo próprio, teve queda de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, somando 22.739 GWh distribuídos no ano.

A classe industrial (consumidor cativo e consumidor livre), que teve o consumo reduzido em 5,3% no ano, foi a grande responsável pelo baixo desempenho. Outro ponto de destaque foi o clima predominantemente ameno. O verão, tanto no início do ano como no final, foi brando. No inverno, as ondas de frio foram curtas e escassas, com temperaturas médias maiores em comparação àquelas de anos anteriores. Desse modo, classes como a residencial e comercial, que são diretamente afetadas pela temperatura, reduziram seu consumo de energia elétrica. A performance da economia brasileira também contribuiu para o fraco desempenho das duas classes no mercado de energia elétrica.

No ambiente de Mercado Livre o consumo anual foi de 5.591 GWh, uma retração de 4,1% no estudo comparativo com 2014. A crise na indústria foi o principal motivo da queda drástica, visto que a classe industrial responde por 90% do consumo do Mercado Livre.

Em dezembro de 2015, a Celesc D atendia 2.768.604 unidades em sua área de concessão, registrando crescimento anual de 3,3%. Porém, nem o crescimento do número de consumidores, seguindo a média dos anos anteriores, foi suficiente para melhorar o desempenho da classe residencial.

4. Ambiente Regulatório

O reajuste tarifário anual de 2015 foi definido em 4 de agosto ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 194/2015, que definiu o índice médio de 3,61% para as tarifas de energia elétrica dos consumidores atendidos na área de concessão da Celesc D.

Esse reajuste, praticado a partir de 7 de agosto de 2015, teve um efeito médio de 3,59% para os consumidores conectados em Alta Tensão (industriais) e de 3,63% para aqueles conectados em Baixa Tensão, em especial os consumidores residenciais.

Um dos componentes com maior variação no cálculo do reajuste foram os encargos setoriais, com destaque para a majoração da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. O custo previsto para a cobertura dos encargos setoriais teve aumento de 20,33%, respondendo por 27,8% na tarifa final ao consumidor.

Os valores dos encargos são estabelecidos por meio de Resoluções ou Despachos pela ANEEL para efeito de recolhimento pelas concessionárias. Em 2015, o setor de distribuição de energia elétrica refletiu o novo perfil dos encargos setoriais, oriundos de políticas de governo para o Setor Elétrico.

Os encargos setoriais considerados no processo tarifário são: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE; Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA; Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH; Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – EER; Contribuição ao Operador Nacional do Sistema – NOS, à Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e ao Programa Eficiência Energética – PEE.

5. Desempenho do Mercado Cativo

No Gráfico abaixo podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo e o crescimento do Mercado Total, comparando 2015 com 2014.

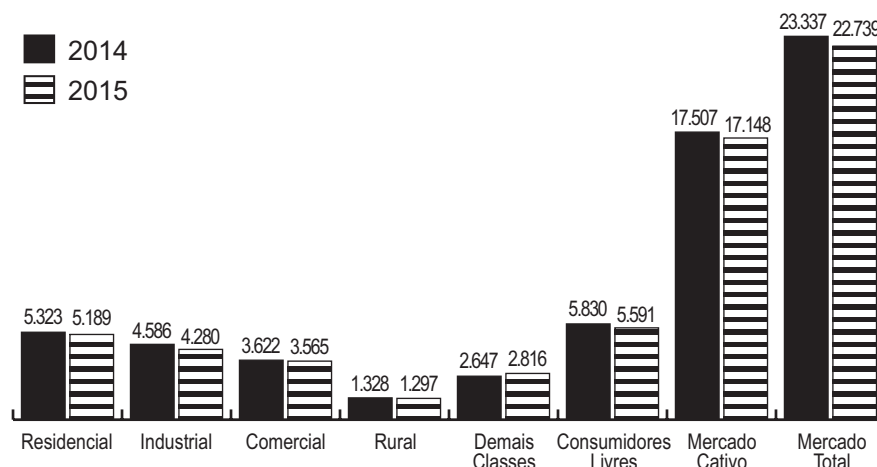


Gráfico 1 – Comparação de Consumo em GWh

Fonte: DCL/DPCM

Nota: – Demais classes correspondem ao consumo do poder público, iluminação pública, serviço público e revenda.

– Não considera o consumo próprio.

6. Investimentos

O volume de investimentos da Celesc D, em 2015, foi de R\$457.008 mil ante aos R\$390.518 mil em 2014, o que representa um aumento de 17,03%. Este montante foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão.

6.1. Expansão do Sistema Distribuição de Energia Elétrica

Para atender o crescimento de mercado e buscar o cumprimento dos índices de qualidade definidos pela ANEEL, o sistema elétrico recebeu investimentos que contabilizaram R\$362,7 milhões no ano de 2015.

O sistema elétrico de alta tensão, composto pelas linhas de transmissão e subestações, interligadas nas tensões de 69 kV¹ e 138kV, teve importantes investimentos que, ao final do ano, contabilizaram R\$103,7 milhões. Foram concluídas cinco novas subestações, além de reformas, modernizações e ampliações na capacidade de transformação de outras vinte e uma subestações. Essas obras representaram acréscimo de 269 MVA² à capacidade de atendimento atual do sistema de alta tensão, totalizando atualmente 6.943MVA.

¹ kV - Kilovolt

² MVA - Megavolt Ampère

Subestações Concluídas: SE 138 kV Palhoça Pinheira, SE 138 kV Concórdia São Cristóvão, SE 138 kV Presidente Getúlio, SE 138 kV Tangará e SE 69 kV Santa Cecília.

Subestações Modernizadas/Ampliadas: SE 138 kV Mafra, SE 138 kV Chapecó II, SE 138 kV Canoinhas, SE 69 kV Coqueiros, SE 138 kV Ilha Norte, SE 34,5 kV Rio Negro, SE 69 kV Concórdia, SE 69 kV São Cristóvão, SE 138 kV Pinhalzinho, SE 138 kV Lages Área Industrial, SE 138 kV São Miguel d' Oeste, SE 138 kV Guaramirim, SE 138 kV Ponte Serrada, SE 138 kV Trombudo Central, SE 138 kV Camboriu Morro do Boi, SE 138 kV Jaraguá do Sul, SE 138 kV Guaramirim, SE 138 kV Biguaçu Quintino Bocaiuva, SE 138 kV Timbó e SE 69 kV Araranguá.

Novas Linhas de Transmissão: LT 69 kV Forquilha Rede Básica – Turvo, LT 138 kV Blumenau – Gaspar Rede Básica, LT 138 kV Ponte Serrada – Concórdia São Cristóvão, LT 138 kV Itajaí Salseiros – Camboriú (repotencialização).

O sistema elétrico de **Média e** Baixa Tensão, e a infraestrutura de telecomunicações, por sua vez, receberam investimentos de R\$259 milhões, destinados à construção de novos alimentadores, ampliação e melhoria das redes elétricas existentes, em toda a área de concessão da empresa, além da instalação de equipamentos especiais, como religadores telecontrolados, com o objetivo de modernizar a rede elétrica e melhorar os indicadores de qualidade do serviço.

6.2. Automação e Novas tecnologias

Ao longo dos últimos anos, a Celesc D fez importantes investimentos para incorporar novas tecnologias. Um deles, com a implantação do projeto de Automação da Distribuição, possibilita à Celesc D controlar a rede de Média Tensão, indo além das subestações, já telecontroladas.

Em 2015, a Celesc D fechou o ano com 702 religadores telecomandados e a previsão para os próximos anos é de alcançar até três mil religadores instalados na rede, com investimentos de R\$100 milhões. Assim, será possível telecontrolar toda rede de Média Tensão por meio dos Centros de Operação da Distribuição – CODs, trazendo mais agilidade na recomposição do sistema elétrico e na identificação de problemas na rede.

Em 2015, a área de Medição realizou a operação das leituras remotas de aproximadamente 13 mil pontos do grupo A, com taxa de sucesso nas leituras de 98%. Foram identificados casos suspeitos de irregularidades técnicas e fraudes, após análise do sistema pelos especialistas em perdas não técnicas da área de Medição.

6.3. Eficiência Energética

Em 2015, foram investidos R\$45,7 milhões para viabilizar ações de eficiência energética, beneficiando principalmente comunidades de baixa renda, hospitais filantrópicos e consumidores residenciais, por meio dos projetos abaixo mencionados. Estimativas apontam que o Programa de Eficiência Energética gerou redução de aproximadamente 153.000 MWh/ano, o que equivale ao consumo mensal de 742 mil residências.

Projeto Baixa Renda “Sou Legal, Tô Ligado! 2” – Substituição de lâmpadas, sistema de trocador de calor para consumidores com tarifa social;

Projeto Comércio e Serviços “Hospitais Filantrópicos II” (39 hospitais) – Substituição de refrigeradores, sistemas de iluminação, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar em hospitais;

Projeto Residencial “Bônus Eficiente II” – Substituição de refrigeradores e freezers para consumidores residenciais. Em 2015, foi premiado como Melhor Projeto de Eficiência Energética do País durante a realização de congresso da área.

Projeto Baixa Renda “Energia do Bem” – Substituição de lâmpadas, sistema de aquecimento solar, refrigeradores e trocadores de calor para consumidores com tarifa social;

Projeto da Chamada Pública 2015 – UNOCHAPECÓ – Substituição de 13.237 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED.

6.4. Capacitação Profissional

Em 2015, a Celesc D somou 15.500 participações em treinamentos internos e externos. O número total de horas/aula ultrapassou 121 mil horas, com investimento de R\$1,6 milhão em capacitação. As ações desenvolvidas são de caráter empresarial, sendo elas presenciais ou a distância, cujos valores são a economicidade, a relação custo-benefício e o retorno em qualidade e produtividade, salvo as exigências legais.

No ano, a Celesc D também investiu R\$560 mil em auxílio-estudante e R\$94 mil em custeio de pós-graduação aos seus empregados, que consiste no reembolso entre 75% e 100% dos valores gastos com formação escolar (ensino médio, médio-técnico, graduação, pós-graduação) como forma de incentivar a continuidade dos estudos e estimular a profissionalização e o aperfeiçoamento pessoal.

Alguns destaques na área: formação de 28 eletricitistas de distribuição, por meio de curso de 360h/aula; realização de seis turmas do módulo I do Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG para 95 gerentes da Administração Central; formação de 22 turmas do Programa Individual de Desenvolvimento – PID, com trabalhos voltados a 12 competências, tendo a participação de 174 empregados de duas Diretorias (Diretoria de Distribuição – DDI e Diretoria Comercial – DCL); reciclagem bienal da NR-10, em parceria com o SENAI, para 2.184 empregados em todo o estado; capacitação de 35 empregados como Multiplicadores da NR-35 e reciclagem da NR-35 para empregados que realizam trabalho em altura.

A área realizou capacitação em temas específicos, tais como: Curso para Fiscais de Obras de Distribuição; Curso de Processo de Dispensa de Licitação; Curso de Estatística e Curso de Faturamento, entre outros treinamentos presenciais. Também foram customizados dois cursos temáticos na plataforma à distância: *Uma Questão de Ética* e *Política Anticorrupção*, ambos disponibilizados para todos os empregados.

O setor de capacitação possui um campo de treinamento com 62 estruturas para atender as modalidades de formação e reciclagem técnica, somando área útil de 2.800 m². No ano passado, o setor ampliou sua infraestrutura física, habilitando duas salas de informática e três salas novas para treinamento teórico no prédio da sede.

6.5. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e de mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc D tem investido predominantemente no seu principal foco de negócio: a distribuição de energia elétrica. Em 2015, foram investidos R\$18,7 milhões no Programa, diante de R\$20,2 milhões em 2014.

Estão em desenvolvimento 20 projetos de pesquisas, com recursos de R\$64,7 milhões. Estão sendo avaliadas a contratação de novos projetos, aprovados nas últimas chamadas públicas, e a publicação de uma nova chamada pública com foco em projetos enquadrados no final da cadeia de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado) e no conceito de *Smart Cities*.

Para as novas contratações de projetos, o foco será a geração de novos negócios e novas receitas para a Celesc D, visando tornar viável o processo autossustentável.

6.6. Desempenho dos Indicadores de Qualidade

A Celesc D busca cumprir sempre o padrão de qualidade do serviço estabelecido pela ANEEL para os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, com constantes melhorias.

Essa condição coloca a Celesc D entre as mais eficientes do Setor Elétrico Brasileiro em decorrência de ações que envolvem planejamento robusto, investimentos eficazes e melhorias contínuas.

Em relação a 2014, apresentou melhora de 3,2% no DEC e de 2,9% no FEC. O DEC de 2015 indica um sistema elétrico de confiabilidade, estando disponível, em média, 99,8% das horas de um ano a seus consumidores. O gráfico a seguir mostra a evolução desses indicadores e o quadro seguinte mostra os valores nominais por ano:

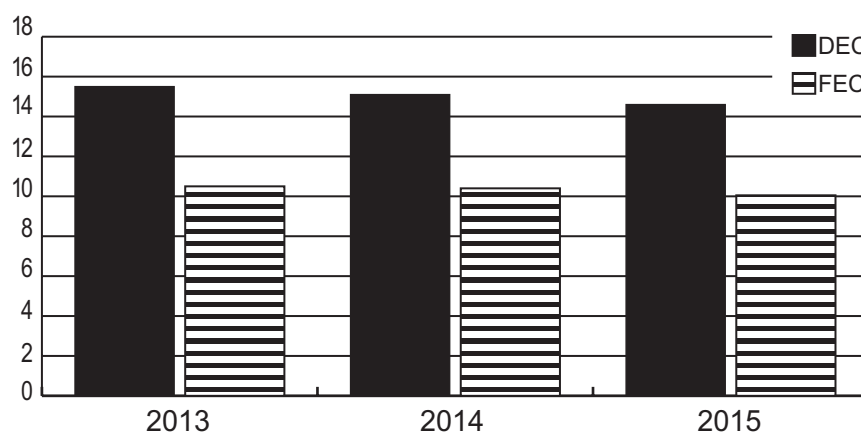


Gráfico 2 – Indicador DEC e FEC – Comparativo 2013/2014/2015

Fonte: DDI/DPOP/DVOD

Indicador	2013	2014	2015
DEC ¹	15,49	15,15	14,67
FEC ²	10,62	10,45	10,15

Quadro 2 – Valores DEC e FEC, por ano

³ Quantidade de horas ao ano

⁴ Quantidade de vezes ao ano

O modelo de planejamento, com análises técnicas focadas no período dos próximos cinco a dez anos, é a base para dimensionar os investimentos prioritários e assegurar que o sistema elétrico esteja adequado à demanda. Nas análises são avaliadas as estruturas do sistema de Alta e de Média Tensão que necessitam de reforços, substituição de equipamentos ou novas obras. Esses investimentos compõem o Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, submetido à avaliação e acompanhamento por parte da ANEEL.

O bom desempenho desses indicadores ganha ainda mais significado na medida em que a ANEEL, com o propósito de melhorar continuamente o atendimento à sociedade, periodicamente revê os limites para DEC e FEC. Assim, o desafio imposto às empresas cresce a cada ano para promover a melhoria contínua dos serviços prestados. Para o período 2013/2016, a ANEEL exige melhoria de 20% nesses indicadores.

6.7. Perdas

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição, a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,40%. Desse total, 6,34% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,06% às perdas não técnicas. Em 2015, as perdas globais representaram 7,99% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,03% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2015), e 1,96% correspondentes às perdas não técnicas, conforme apresentado no gráfico 2.

Situação semelhante ocorreu em outras distribuidoras com o perfil socioeconômico da Celesc D, o que pode estar relacionado ao aumento das tarifas e à crise que País atravessa. Também existe a hipótese de que, com a forte queda no mercado de energia elétrica, as perdas técnicas tenham tido redução considerável e, como as perdas não técnicas são calculadas por diferença, essas podem ter sido potencializadas.

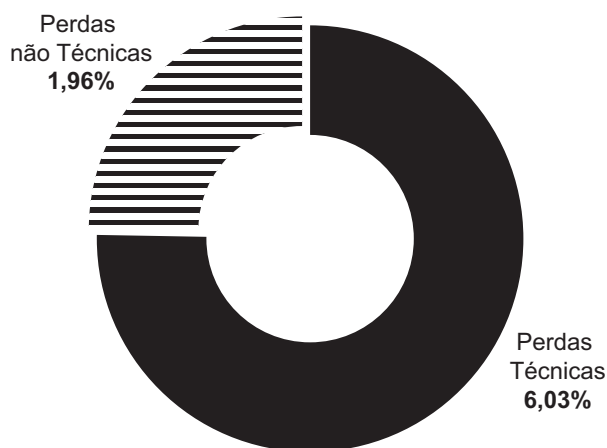


Gráfico 3 – Perdas de Energia na Distribuição

Fonte: DCL/DPCM/DVME

7. Desempenho Econômico-Financeiro

O Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentado pela Celesc D foi de R\$81,3 milhões, que representa um decréscimo de 78,8%, se comparado ao mesmo período de 2014 (Lucro Líquido de R\$383,6 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações do desempenho da Celesc D em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiro (R\$ Mil)	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014 Reclassificado	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	12.125.655	8.358.110	45,1%
Receita Operacional Líquida – ROL	6.733.042	6.097.117	10,4%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	56.099	703.563	-92,0%
EBITDA	252.441	868.950	-70,9%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	3,7%	14,3%	-10,6 p.p
Margem Líquida (LL/ROL)	1,2%	6,3%	-5,1 p.p
Resultado Financeiro	50.978	(41.368)	-223,2%
Ativo Total	7.202.344	5.377.151	33,9%
Patrimônio Líquido – PL	1.501.051	1.651.364	-9,1%
Lucro Líquido	81.346	383.618	-78,8%

A Celesc D encerrou o exercício de 2015 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$12.125,6 milhões aumento de 45,1% em relação a 2014 num valor de R\$8.358,1 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 10,4%, fechando o exercício de 2015 em R\$6.733,0 milhões em relação ao mesmo período de 2014 num valor de R\$6.097,1 milhões.

O EBITDA no exercício de 2015 atingiu o valor de R\$252,4 milhões e a Margem do EBITDA passou de 14,3% no mesmo período de 2014 para 3,7% em 2015.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA – R\$ Mil	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014 Reclassificado
Lucro Líquido	81.346	383.618
IR e CSLL Corrente e Diferido	25.731	278.577
Resultado Financeiro	(50.978)	41.368
Amortização	196.342	165.387
EBITDA	252.441	868.950

8. Desempenho Social

A Celesc D procura assumir princípios e compromissos para ampliar a sua atuação social e desenvolver processos de melhoria contínua na sua gestão. Dessa forma, torna-se agente solidário e ativo em processos relevantes ao fortalecimento da sustentabilidade em todos os seus aspectos.

Em 2015, o processo para Certificação pela NBR 16001:12 – Norma de Responsabilidade Socioambiental, que foi destaque de 2014, teve continuidade. Em janeiro, a certificação da Administração Central foi recebida formalmente, tornando a Celesc D a primeira empresa do Setor Elétrico brasileiro a conquistar o Selo de Sistema de Gestão em Responsabilidade Socioambiental.

No ano, as atividades relativas à NBR 16001:12 tiveram como principal foco a manutenção da certificação na Administração Central e, para isso, a Empresa atendeu aos requisitos estabelecidos em seu plano de ação elaborado e aprovado pela Auditoria Externa da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em dezembro de 2014. Os desafios envolveram aspectos legais, estruturais e questões relativas à saúde e à segurança do trabalhador.

O plano de expansão para Certificação das 16 Agências Regionais e de usinas, almoxarifados e outras estruturas descentralizadas da Celesc D também teve início em 2015, contemplando inicialmente as Agências Regionais de Tubarão, Joaçaba, Rio do Sul e o Almoxarifado Central, em Palhoça.

Durante todo esse ano, foram realizados treinamentos com empregados; workshops com *stakeholders* (de acordo com seu nível de engajamento); sensibilização com as gerências; além de auditorias internas para adequar as unidades de negócio às exigências da Norma.

Essas unidades de negócio foram auditadas externamente em dezembro e, a exemplo da Administração Central, também foram certificadas. Dessa forma, a Celesc D passará por um processo de melhoria contínua, em que as unidades certificadas precisarão atender às demandas apontadas pelo auditor externo, por meio de planos de ação que visam buscar a excelência em sua gestão.

Para 2016, está previsto o processo de certificação em mais unidades de negócio, abrangendo as usinas da Celesc Geração e as Regionais São Miguel do Oeste, Chapecó, Videira, Concórdia, Lages, Criciúma e Florianópolis.

Em 2015, a Celesc D repassou para dez entidades filantrópicas o valor das doações arrecadadas pelo projeto Bônus Eficiente II, desenvolvido por meio do Programa de Eficiência Energética – PEE. O total arrecadado foi de R\$520.440,00.

O Bônus Eficiente viabiliza a troca de geladeiras e freezers antigos por equipamentos novos e mais econômicos, com até 50% de desconto. Além do caráter social, o projeto considera benefícios econômicos e ambientais. Ao contemplar o consumidor com subsídio na compra de eletrodoméstico mais eficiente, garante também a economia na conta de energia elétrica.

A Celesc D investe em outros projetos e ações de responsabilidade socioambiental:

Energia do Futuro – Viabiliza a construção de coletor solar com o uso de produtos recicláveis (caixas *tetrapak* e garrafas *pet*), contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica em residências com baixo poder aquisitivo. Gera trabalho e renda para famílias cooperativadas pelo próprio projeto para trabalhar na fabricação dos coletores.

Jovem Aprendiz – É um projeto permanente da Celesc D. Desde 2006, ano em que foi implantado, mais de mil jovens foram contemplados. Em 2009, a empresa firmou parceria com o Ministério Público Estadual – MPE e instituiu que os jovens passassem a ser indicados exclusivamente por instituições ou entidades de acolhimento à criança e ao adolescente.

Celesc Voluntária – Outro destaque importante foi a consolidação do Programa Celesc Voluntária, que visa difundir e fortalecer o conceito de cidadania empresarial entre os empregados da Celesc D, despertando a consciência solidária e o trabalho como agentes de transformação social. Esse Programa foi criado em 2013 e, desde então, aos finais de semana, empregados da Celesc realizam ações de voluntariado nas mais diversas regiões do estado. São iniciativas dedicadas a vários fins diversos como revitalização de creches, escolas, asilos, comunidades terapêuticas, praças e quadras esportivas; limpeza de rios, praias e parques; plantio de árvores frutíferas e ornamentais; recuperação de mata ciliar; pintura e produção de brinquedos com pneus; organização de hortas comunitárias; entre outras. Já foram mais de 80 mil beneficiados.

Campanha contra o trabalho infantil – Em 2015, a Celesc firmou, com o Tribunal Regional do Trabalho - TRT/SC, um termo de adesão ao *Programa de Combate ao Trabalho Infantil*, que combate essa prática por meio de políticas de prevenção e incentivo à tramitação prioritária dos processos relativos ao tema.

Projeto Hábito Legal – Para apresentar uma alternativa de descarte adequado à população, o projeto, organizado pela Agência Regional Videira e empresas da região, realiza a coleta de óleo de cozinha usado, providenciando a destinação adequada. Em 2015, o projeto arrecadou 560 litros de óleo, que serão transformados para fabricação de sabão.

Declaração de Mudanças Climáticas – Atenta aos impactos da distribuição e geração de energia no meio ambiente, a Celesc lançou, em 2015, a Declaração de Mudanças Climáticas, em que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. A adoção de medidas de eficiência energética, o uso de matérias-primas renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes estão entre os compromissos firmados.

Celesc Incentiva – Programa desenvolvido para fomentar os conceitos de acessibilidade e inclusão no ambiente interno. Uma das metas é atender às necessidades de acessibilidade dos empregados, assegurando o acesso físico às instalações da Empresa e fornecendo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades laborais. Em iniciativa pioneira no meio empresarial catarinense, a Celesc adaptou um veículo de sua frota para uso por pessoas com deficiência física, viabilizando a modificação necessária (marcha automática, controle de freio e acelerador instalado direto no volante).

Compromissos Voluntários:

Programa na Mão Certa – Iniciativa da *Childhood* Brasil para enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. A frota de veículos da Celesc possui adesivos com Disque 100, canal de denúncias exclusivo do Programa.

Pacto Global – Iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU para encorajar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade, com foco no desenvolvimento de um mercado inclusivo e sustentável. A Celesc D é signatária desde 2016 e realiza suas ações e projetos com base em princípios do pacto: Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – A Celesc assumiu o compromisso com o programa da Organização das Nações Unidas – ONU, que visa consolidar conceitos básicos de cidadania assim como melhorar a qualidade de vida de todos no planeta.

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção – Empresa Limpa – Como signatária desde 2006, a Celesc D assume o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e partes interessadas, a fim de que ela seja cumprida integralmente. A empresa lançou, em 2015, sua Política Anticorrupção, ferramenta para prevenir atos ilícitos em todas as operações e níveis funcionais da companhia.

Cadastro Empresas Pró-Ética – A Celesc D integra o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade, iniciativa da Controladoria Geral da União – CGU e do Instituto Ethos. Em 2015, a CGU concedeu à Celesc o reconhecimento público como empresa comprometida com a integridade e o combate à corrupção, por meio de inclusão na *Lista Empresa Pró-Ética 2015*.

InPACTO – A Celesc associou-se ao InPACTO, que pretende fortalecer e dar sustentabilidade às ações realizadas no âmbito do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Entre os objetivos, está a prevenção e erradicação do trabalho escravo no ambiente de negócios e suas cadeias produtivas.

9. Desempenho Meio Ambiente

A integração do conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa, a busca do melhoramento contínuo do desempenho ambiental de obras e serviços, e a oferta à sociedade de serviços que contemplem de forma permanente às variáveis socioambientais são alguns dos Princípios de Política Responsabilidade Socioambiental da Celesc incorporados no momento do planejamento e execução em planos e programas socioambientais, visando minimizar e/ou mitigar os impactos de seus empreendimentos e atividades.

9.1. Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE

Um destaque na área de Meio Ambiente é a elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, considerando a estrutura e forma de gestão da Companhia. Segundo as Especificações do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, podem ser utilizadas duas abordagens para consolidação dos limites organizacionais: controle operacional e participação societária.

Nos inventários relativos a 2012 e 2013 do Grupo Celesc optou-se pela abordagem por controle operacional para a consolidação das emissões de GEE (FGV & WRI). O inventário de GEE do ano de 2014 foi realizado e auditado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, instituição com acreditação INMETRO para tal atividade, sendo obtido o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.

9.2. Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos

No decorrer de 2015, a Celesc D, de acordo com o princípio Prevenção de sua Política de Responsabilidade Socioambiental, desenvolveu um sistema de gestão socioambiental. Na área de Resíduos Sólidos foi publicada uma Instrução Normativa com procedimentos e diretrizes para o gerenciamento de resíduos, a partir da qual foi elaborado o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, desde a geração, passando pelo correto acondicionamento e armazenamento temporário, até a destinação final ambientalmente adequada, por tipo de resíduo. A implantação do PGRS está prevista para o decorrer de 2016. Em sua primeira etapa está prevista a aquisição de contentores para o acondicionamento de forma seletiva, e outros equipamentos necessários para a quantificação e inventários da geração dos resíduos pela empresa.

9.3. Expansão e Atendimento na Rede de Distribuição

Na Celesc D, a concepção de novos projetos tem se pautado pela melhoria contínua do desempenho socioambiental. Por isso, além do diagnóstico ambiental, o estudo contempla a identificação dos impactos sociais e econômicos que poderão ser gerados pela implantação do empreendimento. Após a identificação, são estudadas medidas para tratamento dos impactos ambientais e sociais, mediante a realização de ações para eliminar, minimizar e compensar impactos negativos, consolidadas na forma de programas ambientais, que visam também assegurar a qualidade ambiental da área de influência, o monitoramento ambiental e a mitigação dos impactos negativos no entorno dos empreendimentos.

O número de programas ambientais e suas extensões variam conforme as características de cada empreendimento como porte, abrangência e especificações técnicas. O controle dos programas ambientais é realizado pela equipe de supervisão ambiental, que verifica a conformidade do empreendimento frente às condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais concedidas.

As ações da Celesc D não implicam em desapropriação de áreas de servidão instituídas por ocasião da implantação de linhas de transmissão, áreas essas que são indenizadas por restrição de uso. Entretanto, a Celesc D investe na preservação e recuperação de patrimônio artístico e cultural, quando necessário, em função do porte do empreendimento ou de indícios da existência de vestígios arqueológicos, por meio de estudos arqueológicos para a implantação de novos empreendimentos de linhas e subestações e, quando for o caso, de salvamento de patrimônio artístico e cultural local.

Para que seja realizado o fornecimento de energia elétrica em uma nova unidade consumidora, é necessário também que o interessado apresente todas as anuências dos órgãos competentes, nas esferas municipal, estadual e federal, quando aplicável, comprovando a regularidade quanto à ocupação do imóvel.

9.4. Programa de Proteção de Aves na Rede

O Programa de Proteção de Aves na Rede da Celesc D surgiu em 2002 em virtude da crescente participação de aves, principalmente do pássaro João-de-barro (*Furnarius rufus*), em acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, causando interrupções no fornecimento de energia e, em muitos casos, a morte de aves. As principais atividades do programa são a retirada de ninhos inativos que apresentam risco potencial de acidentes com a rede elétrica de distribuição e, em seguida, a instalação de afastadores (inibidores) da formação de ninhos próximos aos isoladores da rede.

O Programa de Proteção de Aves na Rede da Celesc D de 2015 foi autorizado pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA por meio da Autorização Ambiental – AuA nº 26/2015. Os trabalhos de campo foram realizados no período de 4 de maio a 31 agosto de 2015, período da autorização ambiental.

Em 2015, foram retirados, no total, 3.493 ninhos de João-de-barro inativos, sendo 2.697 em rede trifásica de distribuição e 796 em rede monofásica de distribuição. Também foram instalados 8.934 peças de afastadores (inibidores).

9.5. Riscos Ambientais

Na etapa de planejamento do sistema elétrico e no desenvolvimento de atividades administrativas são utilizados insumos nos quais são relacionados como potenciais riscos e impactos ao meio ambiente a poluição do solo, poluição do ar, depleção de recursos naturais.

Para a etapa de instalação de subestações, linhas de transmissão e rede de transmissões há potenciais impactos socioambientais, tais como: afugentamento da fauna, danos à biodiversidade, poluição do ar, poluição do solo, compactação do solo, perdas para a sociedade em função possíveis conflitos com proprietários de áreas vizinhas às subestações e implantação de faixas de servidão para as linhas de transmissão.

Para a operação e manutenção de subestações, linhas de transmissão e redes de transmissão, correlacionam-se como alguns impactos socioambientais a poluição visual; supressão da vegetação e danos à biodiversidade pela manutenção de faixas de servidão, perdas econômicas à vizinhos de subestações e à proprietários de áreas atingidas pelas faixa de servidão; riscos à saúde, à segurança da comunidade e riscos de interrupção de energia elétrica em decorrência de vandalismo, condições climáticas adversas e crescimento da vegetação; geração de resíduos sólidos perigosos e outros resíduos classificados como não inertes e inertes.

10. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado tem por objetivo evidenciar a geração da riqueza gerada empresa durante um período e sua distribuição. A demonstração está estruturada em duas partes: geração e distribuição do valor adicionado.

Na geração de valor evidencia-se o quanto a empresa agrega aos insumos adquiridos de terceiros bem como o valor agregado recebido em transferência.

A distribuição do valor adicionado evidencia a quem se destina a riqueza gerada pela empresa, evidenciando, deste modo, sua contribuição econômica e social.

A Demonstração do Valor Adicionado da Celesc D evidencia geração de valor de R\$6.510,2 milhões em 2015 e R\$3.775,1 milhões em 2014.

11. Estrutura de Governança

11.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. Formado por treze integrantes, sendo três independentes e um eleito pelos empregados, tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados. No quadro abaixo, a relação completa.

Pedro Bittencourt Neto (Presidente)

Cleverson Siewert

Derly Massaud de Anunciação

Ademir Zanella

Antônio Marcos Gavazzoni

Luciano Chede

Ernani Bayer

José Gustavo de Souza Costa

Murillo Barbosa Vianna Neto

José Luiz Alquéres

Alberto Ribeiro Güth

Leandro Nunes da Silva

Wilfredo João Vicente Gomes

Quadro 3 – Nominata completa de membros do Conselho de Administração

Fonte: SEGC

11.2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como sua principal função analisar as Demonstrações Financeiras, bem como discutir tais resultados com os Auditores Independentes. Veja abaixo sua composição.

Paulo da Paixão Borges de Andrade (Presidente)

Antônio Ceron

Luiz Hilton Temp

Guilherme Silva Roman

Telma Suzana Mezia

Quadro 4 – Nominata completa dos membros do Conselho Fiscal

Fonte: SEGC

11.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Celesc D é formada por sete diretores, indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2015, estava assim formada:

Cleverson Siewert	Diretor Presidente
Nelson Marcelo Santiago	Diretor de Gestão Corporativa
Antônio José Linhares	Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos
Eduardo Cesconeto de Souza	Diretor Comercial
James Alberto Giacomazzi	Diretor de Distribuição
José Carlos Oneda	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Rubens José Della Volpe	Diretor de Planejamento e Controle Interno

Quadro 5 – Nominata completa dos membros da Diretoria Colegiada

Fonte: SEGC

12. Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	2015 Valor (mil reais)			2014 (Reapresentado) Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	6.733.042			6.097.117		
- Resultado Operacional (RO)	56.099			642.823		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	543.304			531.624		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	30.748	5,66	0,46	27.628	5,20	0,45
- Encargos Sociais Compulsórios	108.739	20,01	1,62	95.220	17,91	1,56
- Previdência Privada	28.075	5,17	0,42	24.279	4,57	0,40
- Saúde	42.969	7,91	0,64	38.504	7,24	0,63
- Segurança e saúde no trabalho	2.678	0,49	0,04	2.578	0,48	0,04
- Educação	504	0,09	0,01	494	0,09	0,01
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	1.292	0,24	0,02	1.091	0,21	0,02
- Creches ou Auxílio-creche	1.353	0,25	0,02	1.232	0,23	0,02
- Participação nos Lucros ou Resultados	22.610	4,16	0,34	14.640	2,75	0,24
- Outros	5.617	1,03	0,08	39.135	7,36	0,64
Total - Indicadores Sociais Internos	244.585	45,02	3,63	244.801	46,05	4,02
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	1.813	3,23	0,03	2.618	0,41	0,04
- Cultura	28.080	50,05	0,42	13.000	2,02	0,21
- Saúde e Saneamento	169	0,30	0,00	67	0,01	0,00
- Esporte	28.080	50,05	0,42	15.000	2,33	0,25
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	603.440	1075,67	8,96	190.500	29,63	3,12
- Outros	1.190	2,12	0,02	1.223	0,19	0,02
Total das Contribuições p/ a Sociedade	662.772	1181,43	9,84	222.408	34,60	3,65
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	3.133.430	5585,54	46,54	2.400.002	373,35	39,36
Total - Indicadores Sociais Externos	3.796.202	6.766,97	56,38	2.622.410	407,95	43,01
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	4.660	8,31	0,07	2.549	0,40	0,04
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	244.648	436,10	3,63	213.083	33,15	3,49
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	249.308	444,41	3,70	215.632	33,54	3,54
- Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75 %	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2015	2014
- Nº de empregados(as) ao final do período	3.329	3.287
- Nº de admissões durante o período	86	352
- Nº de empregados(as) terceirizados	1.784	2.093
- Nº de estagiários(as)	218	255
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.846	1.761
- Nº de mulheres que trabalham na Empresa	602	587
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,62	23,07
- Nº de negros(as) que trabalham na Empresa	51	49
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,01	1,02
- Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	17	15

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2015			Metas 2016		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	27.1			25.0		
- Número total de acidentes de trabalho	109			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> todos+ Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> seguirá as normas OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 1.295.733	no Procon 1.022	na Justiça 1.163	na Empresa 28	no Procon 0	na Justiça 1.000
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 99,99%	no Procon 0,01%	na Justiça 0,52%	na Empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 10,00%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 6.510.206			Em 2014: 3.775.097		
- Distribuição do Valor Adicionado – DVA:	86,44% governo	7,03% colaboradores		72,74% governo	12,10% colaboradores	
	0,36% acionistas	5,28% terceiros	0,89% retido	2,90% acionistas	5,01% terceiros	7,25% retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 08.336.783/0001-90 UF: SC	Coordenação: Viviani Bleyer Remor Fone: (48) 3231-5520 vivianibr@celesc.com.br
Sector Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica	Contador: José Braulino Stähelin (CRC/ SC: 18.996/O-8) Fone: (48) 3231-6030 jbraulinos@celesc.com.br

“ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO”

“NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE”

13. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc Distribuição S.A.

Florianópolis, 29 de março de 2016.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Circulante		3.361.980	5.007.858
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	734.239	287.715
Contas a Receber de Clientes	8	1.437.865	1.005.378
Estoques		7.838	8.638
Tributos a Recuperar	11	155.802	49.473
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	1.1.1	662.236	240.635
Ativo Indenizável – Concessão	10	-	2.890.451
Ativo Financeiro - Parcela A	9	248.458	450.566
Outros Créditos	15	115.542	75.002
Não Circulante		3.840.364	369.293
Ativo Indenizável – Concessão	10	196.520	-
Contas a Receber de Clientes	8	15.918	6.398
Tributos Diferidos	14	214.282	130.068
Tributos a Recuperar	11	15.029	18.595
Depósitos Judiciais	21	143.911	127.956
Ativo Financeiro - Parcela A	9	196.901	-
Outros Créditos	15	2.119	2.003
Intangível	13	3.055.684	84.273
Total do Ativo		7.202.344	5.377.151

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Passivo	Nota	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Circulante		3.289.482	1.689.738
Fornecedores	16	723.456	687.537
Empréstimos e Financiamentos	17	217.157	322.586
Debêntures	18	301.598	4.120
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais		130.423	119.727
Tributos e Contribuições Sociais	19	240.907	131.987
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio		19.320	91.109
Taxas Regulamentares	20	1.413.205	110.852
Previdência Privada		18.343	15.106
Passivo Atuarial	22	173.171	170.828
Outros Passivos		51.902	35.886
Não Circulante		2.411.811	2.036.049
Empréstimos e Financiamentos	17	325.017	233.879
Debêntures	18	299.133	298.768
Taxas Regulamentares	20	254.714	182.537
Passivo Atuarial	22	1.236.010	1.032.291
Provisão para Contingências	21	294.462	286.099
Outros Passivos		2.475	2.475
Patrimônio Líquido	23	1.501.051	1.651.364
Capital Social Realizado		1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro		735.038	691.234
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(287.577)	(93.460)
Total do Passivo		7.202.344	5.377.151

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2015	2014 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	25	6.733.042	6.097.117
Receita de Serviço de Energia Elétrica		5.543.368	5.297.297
Receita Parcela A – CVA		758.788	452.896
Receita de Construção		430.886	346.924
Custos Operacionais	26	(6.307.537)	(5.190.793)
Custo de Serviço de Energia Elétrica		(5.876.651)	(4.843.869)
Custo de Construção		(430.886)	(346.924)
Resultado Operacional Bruto		425.505	906.324
Despesas Operacionais		(369.406)	(202.761)
Despesas com Vendas	26	(184.743)	(153.531)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(252.592)	(222.531)
Outras Despesas Operacionais	26	67.929	173.301
Lucro Antes do Resultado Financeiro		56.099	703.563
Resultado Financeiro	27	50.978	(41.368)
Receitas Financeiras		395.203	208.346
Despesas Financeiras		(344.225)	(249.714)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL		107.077	662.195
IRPJ e CSLL	14		
Corrente		(9.945)	-
Diferido		(15.786)	(278.577)
Lucro Líquido do Exercício		81.346	383.618

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Disposição AGO	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.053.590	85.378	64.051	334.674	1.063	-	1.538.756
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	383.618	383.618
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	(178.838)	-	-	-	-	(178.838)
Destinação do Lucro Líquido							
Constituição da Reserva Legal	-	-	19.181	-	-	(19.181)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(1.063)	-	(1.063)
Dividendos	-	-	-	-	-	(91.109)	(91.109)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	18.222	(18.222)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	255.106	-	(255.106)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.053.590	(93.460)	83.232	589.780	18.222	-	1.651.364
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	81.346	81.346
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	(194.117)	-	-	-	-	(194.117)
Destinação do Lucro Líquido							
Constituição da Reserva Legal	-	-	4.068	-	-	(4.068)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(18.222)	-	(18.222)
Dividendos	-	-	-	-	-	(19.320)	(19.320)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	3.864	(3.864)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	54.094	-	(54.094)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.053.590	(287.577)	87.300	643.874	3.864	-	1.501.051

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	81.346	383.618
Remensuração de Obrigação de Plano de Benefícios Definido, Líquidos de Tributos	(194.117)	(178.838)
Resultado Abrangente Total	(112.771)	204.780

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014 Reapresentado
Receitas	12.228.727	8.338.924
Vendas Brutas de Energia e Serviços	11.778.413	8.011.186
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Líquidas	19.434	(5.291)
Receitas de Construção	430.886	346.924
Outras Receitas	(6)	(13.895)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.917.382)	(4.606.787)
Custo da Energia Vendida, Uso da Rede e Serviços de Terceiros	(5.778.513)	(4.752.758)
Materiais e Outros Insumos Adquiridos	(130.506)	(62.900)
Provisões e Reversões	(8.363)	208.871
Valor Adicionado Bruto	6.311.345	3.732.137
Amortização	(196.342)	(165.387)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	6.115.003	3.566.750
Valor Adicionado Recebido em Transferência	395.203	208.347
Receitas Financeiras	395.203	208.347
Valor Adicionado Total a Distribuir	6.510.206	3.775.097
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal e Encargos	457.440	395.878
Salários	268.913	233.715
Férias e 13º Salário	61.141	52.807
Encargos Sociais	22.875	20.214
Participação nos Lucros ou Resultados	22.610	14.641
Passivo Atuarial	26.457	14.121
Benefícios Assistenciais	35.423	31.785
Indenizações Trabalhistas	13.485	21.995
Outros	6.536	6.600
Impostos, Taxas e Contribuições	5.627.195	2.745.886
Federais	1.130.769	1.052.733
Estaduais	2.087.047	1.411.439
Municipais	1.478	1.246
Encargos Setoriais	2.407.901	280.468
Financiadores	344.225	249.715
Juros e Variações Monetárias	308.786	161.556
Outros	35.439	88.159
Acionistas	81.346	383.618
Dividendos Propostos	23.184	109.331
Lucro Retido do Exercício	58.162	274.287
Valor Adicionado Distribuído	6.510.206	3.775.097

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais)

	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014 Reapresentado
Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	107.077	662.195
Amortização	196.342	165.387
Atualização Ativo Financeiro – VNR	(186.833)	(38.537)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.434)	5.292
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	8.363	(208.871)
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	247.423	164.959
Custo Debêntures	3.119	366
Provisão para Plano de Benefício Pós-Emprego	26.457	14.121
Baixas de ativos	40.610	110.603
Itens que não afetam o caixa	316.047	213.320
Contas a receber	(422.573)	(233.675)
Estoques	800	3.310
Impostos a recuperar	(102.763)	33.947
Depósitos Judiciais	(15.955)	6.952
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(421.601)	(208.834)
Ativos Financeiros	5.207	(450.566)
Outros Créditos	(40.657)	2.871
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(997.542)	(845.995)
Fornecedores	35.919	132.258
Salários e Encargos Sociais	10.696	11.152
Impostos e contribuições sociais	205.466	(8.895)
Taxas Regulamentares	1.347.745	(9.920)
Entidade Previdência Privada	3.237	843
Passivo atuarial	(193.845)	(202.197)
Outros Passivos	16.016	(9.646)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	1.425.234	(86.405)
Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(125.638)	(82.652)
Juros Pagos a Partes Relacionadas	(11.060)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(106.491)	(1.735)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(243.189)	(84.387)
Total aplicado nas (gerado pelas) Atividades Operacionais	607.627	(141.272)
Aquisição de bens da concessão	(327.598)	(296.272)
Atividades gerados pelos Investimentos	(327.598)	(296.272)
Ingressos de Recursos	697.177	479.532
Ingressos de Partes Relacionadas	110.000	-
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(421.351)	(301.756)
Amortização com Partes Relacionadas	(110.000)	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(109.331)	(36.512)
Atividades aplicadas nos Financiamentos	166.495	141.264
Total dos Efeitos de Caixa	446.524	(296.280)
Caixa e Equivalentes no início do Exercício	287.715	583.995
Caixa e Equivalentes no final do Exercício	734.239	287.715
Variação no Caixa	446.524	(296.280)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Celesc Distribuição S.A. – Celesc D, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc D tem por objetivo: I – executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; II – realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; III – planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; IV – operar os sistemas diretamente, por meio de empresas associadas ou em cooperação; V – cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, e; VI – desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica, e infra-estrutura de serviços públicos.

A Celesc D é uma entidade domiciliada no Brasil com endereço na Avenida Itamarati, 160, Bloco A1, B1 e B2, Bairro Itacorubi, CEP 88034-900, Florianópolis, SC.

1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

1.1.1. Da Concessão

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

A referida concessão teve prazo de vigência até 07 de julho de 2015. Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o termo aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

a) Legislações Aplicáveis a Concessão

i) Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016.

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor a receber corresponde a R\$662.236.

ii) Decreto nº 8.401 de 4 de Fevereiro de 2015 – Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 5 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

I - bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 (duzentos reais) MWh;

II - bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 (duzentos reais) MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD;

III - bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro a dezembro de 2015 a bandeira tarifária vermelha.

iii) Resolução Homologatória nº 1.858 de 27 de Fevereiro de 2015 – Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:

Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

(i) Informações não revisadas

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no último mês de janeiro; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e dispositivos da legislação brasileira.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Celesc D em 29 de março de 2015, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Celesc D e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Celesc D faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Celesc D utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na

determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Celesc D utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, a Celesc D considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Celesc D reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Celesc D atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Celesc D tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

3.1. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Celesc D revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes as Demonstração de Resultado, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro 2014, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*. Essas reclassificações não tiveram impactos no lucro líquido da empresa. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

3.1.1. Demonstração do Resultado

	2014		2014
	original	Reclassificação	Reapresentado
Receita Operacional Líquida	6.097.117	-	6.097.117
Receita de Serviço de Energia Elétrica	5.297.297	-	5.297.297
Receita Parcela A – CVA	452.896	-	452.896
Receita de Construção	346.924	-	346.924
Custos Operacionais	(5.190.793)	-	(5.190.793)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(4.843.869)	-	(4.843.869)
Custo de Construção	(346.924)	-	(346.924)
Resultado Operacional Bruto	906.324	-	906.324
Despesas Operacionais	(263.501)	(60.740)	(202.761)
Despesas com Vendas	(153.531)	-	(153.531)
Despesas Gerais e Administrativas (i)	(283.271)	(60.740)	(222.531)
Outras Despesas Operacionais	173.301	-	173.301
Lucro antes do Resultado Financeiro	642.823	(60.740)	703.563
Resultado Financeiro	19.372	60.740	(41.368)
Receitas Financeiras	208.346	-	208.346
Despesas Financeiras (i)	(188.974)	60.740	(249.714)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	662.195	-	662.195
IRPJ e CSLL			
Diferido	(278.577)	-	(278.577)
Lucro Líquido do Exercício	383.618	-	383.618

3.1.2. Demonstração do Valor Adicionado

	2014 original	Reclassificação	2014 Reapresentado
Receitas	8.338.924	-	8.338.924
Vendas Brutas de Energia e Serviços	8.011.186	-	8.011.186
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Líquidas	(5.291)	-	(5.291)
Receitas de Construção	346.924	-	346.924
Outras Receitas	(13.895)	-	(13.895)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(4.606.787)	-	(4.606.787)
Custo da Energia Vendida, Uso da Rede e Serviços de Terceiros	(4.752.758)	-	(4.752.758)
Materiais e Outros Insumos Adquiridos	(62.900)	-	(62.900)
Provisões e Reversões	208.871	-	208.871
Valor Adicionado Bruto	3.732.137	-	3.732.137
Amortização	(165.387)	-	(165.387)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	3.566.750	-	3.566.750
Valor Adicionado Recebido em Transferência	208.347	-	208.347
Receitas Financeiras	208.347	-	208.347
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.775.097	-	3.775.097
Distribuição do Valor Adicionado		-	
Pessoal e Encargos	456.618	60.740	395.878
Salários	233.715	-	233.715
Férias e 13º Salário	52.807	-	52.807
Encargos Sociais	20.214	-	20.214
Participação nos Lucros ou Resultados	14.641	-	14.641
Passivo Atuarial (i)	74.861	60.740	14.121
Benefícios Assistenciais	31.785	-	31.785
Indenizações Trabalhistas	21.995	-	21.995
Outros	6.600	-	6.600
Impostos, Taxas e Contribuições	2.745.886	-	2.745.886
Federais	1.052.733	-	1.052.733
Estaduais	1.411.439	-	1.411.439
Municipais	1.246	-	1.246
Encargos Setoriais	280.468	-	280.468
Financiadores	188.975	(60.740)	249.715
Juros e Variações Monetárias (i)	100.816	(60.740)	161.556
Outros	88.159	-	88.159
Acionistas	383.618	-	383.618
Dividendos Propostos	109.331	-	109.331
Lucro Retido do Exercício	274.287	-	274.287
Valor Adicionado Distribuído	3.775.097	-	3.775.097

3.1.3. Demonstração do Fluxo de Caixa

	31 de Dezembro de 2014 Original	Reclassificação	31 de Dezembro de 2014 Reapresentado
Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	662.195	-	662.195
Amortização	165.387	-	165.387
Atualização Ativo Financeiro – VNR	(38.537)	-	(38.537)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.292	-	5.292
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(208.871)	-	(208.871)
Juros e Variações Monetárias - líquidas	104.219	(60.740)	164.959
Custo Debêntures	366	-	366
Provisão para Plano de Benefício Pós-Emprego	74.861	60.740	14.121
Baixas de ativos	110.603	-	110.603
Itens que não afetam o caixa:	213.320	-	213.320
Contas a receber	(233.675)	-	(233.675)
Estoques	3.310	-	3.310
Impostos a recuperar	33.947	-	33.947
Depósitos Judiciais	6.952	-	6.952
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(208.834)	-	(208.834)
Ativos Financeiros	(450.566)	-	(450.566)
Outros Créditos	2.871	-	2.871
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(845.995)	-	(845.995)
Fornecedores	132.258	-	132.258
Salários e Encargos Sociais	11.152	-	11.152
Impostos e contribuições sociais	(8.895)	-	(8.895)
Taxas Regulamentares	(9.920)	-	(9.920)
Entidade Previdência Privada	843	-	843
Passivo atuarial	(202.197)	-	(202.197)
Outros Passivos	(9.646)	-	(9.646)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	(86.405)	-	(86.405)
Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(82.652)	-	(82.652)
Juros Pagos a Partes Relacionadas	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.735)	-	(1.735)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(84.387)	-	(84.387)
Total aplicado nas (gerado pelas) Atividades Operacionais	(141.272)	-	(141.272)
Aquisição de bens da concessão	(296.272)	-	(296.272)
Atividades gerados pelos Investimentos	(296.272)	-	(296.272)
Ingressos de Recursos	479.532	-	479.532
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(301.756)	-	(301.756)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(36.512)	-	(36.512)
Atividades aplicadas nos Financiamentos	141.264	-	141.264
Total dos Efeitos de Caixa	(296.280)	-	(296.280)
Caixa e Equivalentes no início do Exercício	583.995	-	583.995
Caixa e Equivalentes no final do Exercício	287.715	-	287.715
Variação no Caixa	(296.280)	-	(296.280)

(i) Foi reclassificada a atualização monetária e juros sobre obrigação a pagar, referente a cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório, de Despesas Gerais e Administrativas para Despesas Financeiras.

3.2. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4. Instrumentos Financeiros não Derivativos

3.4.1. Classificação

A Celesc D classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a) Empréstimos e Recebíveis

Fazem parte dessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Celesc D compreendem empréstimos das coligadas; contas a receber de clientes; demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Celesc D classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

3.4.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

A Celesc D avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável.

Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, tal valor é retirado do patrimônio líquido e reconhecido na demonstração do resultado.

3.4.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.4. *Impairment* de Ativos Financeiros

A empresa avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios usados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - » mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - » condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado consolidada. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades da Celesc D.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Celesc D não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.6. Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Celesc D nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.8. Depósitos Judiciais

A Celesc D mantém registrado nesta rubrica valores depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais) .

3.9. Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

- a) Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01 – Contratos de Concessão.
- b) As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

3.9.1. Contrato de Concessão

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando a Celesc D tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

3.9.2. Programas de Computador – *softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 13.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Celesc D e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.10. Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Celesc D, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei Federal nº 12.783/2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo Valor Novo de Reposição – VNR, o qual foi homologado pela ANEEL no 3º ciclo de revisão tarifária, finalizado em agosto de 2012.

Salienta-se que a revisão tarifária da Celesc D ocorre a cada quatro anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IPCA como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração.

3.11. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos intangíveis e outros ativos não financeiros, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas no valor da fatura correspondente.

3.13. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Celesc D tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.14. Debêntures

A emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, destina-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Celesc D tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.16. Benefícios a Empregados e Ex-empregados (PDVI, PDV e Aposentados)

a) Obrigações de Pensão

A Celesc D tem planos de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Celesc D paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b) Outros Benefícios

A Celesc D oferece aos seus empregados que já adquiriram o direito de se aposentar e aos seus pensionistas benefícios de plano de saúde. O direito a esses benefícios é concedido para o empregado que permanece trabalhando até a idade de aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

c) Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios, tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Programa de Demissão Voluntária – PDV, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria, o qual é pago sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 (doze) meses da data do balanço são descontados a valor presente.

d) Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Empresa e seus empregados. A Celesc D reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.17. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

a) Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

A Celesc D reconhece a realização das diferenças temporais entre o valor aprovado da CVA no reajuste tarifário anual e o gasto realmente realizado. Tais valores serão repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 4 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL.

A ANEEL garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Celesc D efetua o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

3.18. Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Celesc D. O Estatuto Social da empresa prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Celesc D registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

3.19. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.20. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades da Celesc D. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Celesc D reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Celesc D.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Celesc D baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

b) Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

c) Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

d) Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

e) Ativo Regulatório

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

f) Receita de Construção

Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento de cada concessionária.

Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, a Celesc D considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

g) Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

h) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.21. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para a Celesc D.

a) CPC 33 / IAS 19 – Benefícios a empregados: as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário.

b) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06 – Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013

(i) CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo: esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.

(i) CPC 05/IAS 24 – Partes relacionadas: esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para a empresa.

3.22. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- » **IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- » **IFRS 15 - “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - “Contratos de Construção”, IAS 18 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- » **IFRS 16 - “Operações de Arrendamento Mercantil”** – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Celesc D.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Celesc D a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Celesc D.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

A Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Celesc D incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da empresa. A Celesc D não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Celesc D incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Celesc D monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Celesc D pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da empresa para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Celesc D, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Taxa de juros	Menos de um Mês	De um a Três Meses	De Três Meses a Um Ano	De Um a Cinco Anos	Mais de Cinco Anos	Total
Ativo							
Contas a Receber		1.396.661	23.910	17.294	10.362	5.556	1.453.783
Caixa Equivalente de Caixa		734.239	-	-	-	-	734.239
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013		662.236	-	-	-	-	662.236
Ativo Financeiro - Parcela A	14,09% a.a. ⁽ⁱ⁾	20.819	41.867	195.786	273.758	-	532.230
		2.813.955	65.777	213.080	284.120	5.556	3.382.488
Passivo							
Fornecedores		396.194	327.216	46	-	-	723.456
Empréstimos Bancários	110% a 121,5% CDI	17.024	34.585	134.680	343.401	-	529.689
Eletrobras	5% a.a.	4.008	7.821	21.789	59.195	4.918	97.731
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	519	852	4.109	27.357	9.066	41.903
Debêntures	CDI + 1,3% a.a. e CDI + 2,5% a.a.	2.590	-	317.328	440.612	-	760.530
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	9.563	7.186	33.911	242.285	365.692	658.637
		429.898	377.660	511.863	1.112.850	379.676	2.811.947

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, ratificando a solicitação em 15 de outubro de 2012. Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 8.461/2015, bem como a partir da abertura da Audiência Pública ANEEL nº 038/2015, materializou-se o processo concreto de prorrogação da concessão.

Em 9 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com vigência de 30 anos até 7 de julho de 2045.

Destaca-se, outrossim, que nos primeiros 5 anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

4.5.3. Análise de Sensibilidade

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Celesc D, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2015:

Premissas	Efeitos das Contas				
	sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)			14,50%	18,13%	21,75%
	Aplicações Financeiras	692.209	100.370	125.463	150.555
	Empréstimos	(416.921)	(60.454)	(75.567)	(90.680)
	Debêntures	(600.731)	(87.106)	(108.882)	(130.659)
SELIC			14,09%	17,61%	21,14%
	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	445.359	62.751	78.439	94.127
IPCA² (%)			10,67%	13,34%	16,01%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço	116.702	12.456	15.568	18.684
	Reserva Matematica a amortizar	508.197	54.242	67.793	81.362

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M16 com vencimento em 01/06/2016 – (fechamento 21/01/2016)

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc D ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc D pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Celesc D monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Total de Empréstimos	542.174	556.465
Debêntures	600.731	302.888
Menos: Caixa e Equivalente de Caixa	(734.239)	(287.715)
Dívida Líquida	408.666	571.638
Total Patrimonio Líquido	1.501.051	1.651.364
Total Capital	1.909.717	2.223.002
Índice de Alavancagem Financeira (%)	21,40%	25,71%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Celesc D para instrumentos financeiros similares.

A Celesc D aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços, (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos da Celesc D mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015. A Celesc D não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Nível 3	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Ativos	196.520	2.890.451
Ativo Indenizável (Concessão)	196.520	2.890.451

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2015.

Descrição				31 de Dezembro de 2015
	Empréstimos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	3.295.617	198.639	-	3.494.256
Caixa e Equivalente de Caixa	734.239	-	-	734.239
Ativo Indenizável (concessão)	-	196.520	-	196.520
Contas a Receber	1.453.783	-	-	1.453.783
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	662.236	-	-	662.236
Ativo Financeiro - Parcela A	445.359	-	-	445.359
Outros	-	2.119	-	2.119
Passivo	-	-	2.374.558	2.374.558
Fornecedores	-	-	723.456	723.456
Empréstimos e Financiamentos	-	-	452.739	452.739
Eletrobras	-	-	89.435	89.435
Debêntures	-	-	600.731	600.731
Reserva Matemática a amortizar	-	-	508.197	508.197

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2014.

	31 de Dezembro de 2014			
Descrição	Empréstimos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	1.990.692	2.892.454	-	4.883.146
Caixa e Equivalente de Caixa	287.715	-	-	287.715
Ativo Indenizável (concessão)	-	2.890.451	-	2.890.451
Contas a Receber	1.011.776	-	-	1.011.776
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	240.635	-	-	240.635
Ativo Financeiro - Parcela A	450.566	-	-	450.566
Outros	-	2.003	-	2.003
Passivo	-	-	2.044.216	2.044.216
Fornecedores	-	-	687.537	687.537
Empréstimos e Financiamentos	-	-	420.604	420.604
Eletrobras	-	-	135.861	135.861
Debêntures	-	-	302.888	302.888
Reserva Matemática a amortizar	-	-	497.326	497.326

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 - Clientes com Arrecadação no Vencimento	695.248	490.197
Grupo 2 - Clientes com média de atraso entre 1 e 30 dias no último ano	538.889	374.576
Grupo 3 - Clientes com média de atraso entre 31 e 90 dias no último ano	136.979	86.124
Grupo 4 - Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano	554.281	551.927
	1.925.397	1.502.824

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc D mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Celesc D considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Recursos em Banco e em Caixa	42.030	54.546
Aplicações de Liquidez Imediata	692.209	233.169
	734.239	287.715

8. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Consumidores	1.058.812	228.459	524.900	1.812.171	1.423.734
Residencial	320.724	110.094	63.250	494.068	358.619
Industrial	351.776	60.090	328.626	740.492	632.286
Comercial	241.609	40.150	71.556	353.315	263.360
Rural	59.659	10.226	9.224	79.109	53.230
Poder Público	32.665	7.188	34.214	74.067	66.111
Iluminação Pública	29.868	296	16.852	47.016	34.398
Serviço Público	22.511	415	1.178	24.104	15.730
Suprimento a Outras Concessionárias	73.854	16.734	22.638	113.226	79.090
Concessionárias e Permissionárias	70.445	4.466	7.665	82.576	52.791
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	7.348
Outros Créditos	3.409	12.268	14.973	30.650	18.951
	1.132.666	245.193	547.538	1.925.397	1.502.824
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com clientes				(471.614)	(491.048)
				1.453.783	1.011.776
Circulante				1.437.865	1.005.378
Não Circulante				15.918	6.398

Com a promulgação das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.

Após estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva com a consultoria Abdo, Ellery & Associados – Consultoria Empresarial em Energia e Regulação Ltda – AEA foram realizados apontamentos sobre as receitas que deveriam também compor a base de cálculo para apuração da Alíquota Efetiva de PIS/PASEP e da COFINS, baseando-se inicialmente na Resolução Homologatória nº1.927, de 4 de agosto de 2015:

Art. 14. Autorizar a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor/usuário/agente suprido, das despesas relativas ao PIS/PASEP e à COFINS efetivamente incorridas pela Celesc-DIS no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor/usuário/agente suprido, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

As recomendações nos estudos realizados indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015, como descrito em seu relatório:

Assim, observa-se que a CELESC D está considerando na apuração da alíquota efetiva a serem incluídas nas tarifas dos seus consumidores, apenas as despesas de PIS/PASEP e COFINS que decorrem da incidência desses tributos na Receita de Fornecimento, na Receita de Suprimento e na Recita de Uso do Sistema de Distribuição. Portanto, há receitas que incidem tais tributos e que não estão sendo considerados no cálculo das alíquotas efetivas a serem adicionadas às tarifas dois meses depois.

A análise elaborada pela consultoria destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou também parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Consumidores	471.614	491.048
Residencial	63.240	49.799
Industrial	147.698	186.048
Textil (b2)	136.128	136.128
Comercial	66.597	61.337
Rural	4.650	4.612
Poder Público	32.042	32.528
Iluminação Pública	15.586	15.022
Serviço Público	1.090	991
Concessionárias e Permissionárias	1.105	1.105
Outros	3.478	3.478
Circulante	335.486	354.920
Não Circulante	136.128	136.128

b.1) Movimentação

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	485.756
Provisão Constituída no Período	13.678
Baixas de Contas a Receber	(8.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	491.048
Provisão Constituída no Período	34.490
Baixas de Contas a Receber	(53.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	471.614

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Celesc D registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

9. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	644.006	934.676	(625.479)	38.503	991.706	262.268	729.438	824.368	167.338
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	585.110	607.191	(583.851)	27.838	636.288	228.790	407.498	582.919	53.369
Proinfa	5.509	(917)	(4.568)	(24)	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	33.602	12.229	(15.764)	2.915	32.982	15.046	17.936	22.519	10.463
Transporte de Energia - Itaipu	606	1.548	(732)	11	1.433	987	446	1.173	260
ESS	-	126.565	-	-	126.565	-	126.565	126.565	-
CDE	19.179	188.060	(20.564)	7.763	194.438	17.445	176.993	91.192	103.246
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	107.023	(10.285)	-	96.738	14.398	82.340	61.185	35.553
Neutralidade da Parcela A	-	60.948	-	-	60.948	-	60.948	25.395	35.553
Sobrecontratação de Energia	-	21.392	-	-	21.392	-	21.392	21.392	-
Outros	-	24.683	(10.285)	-	14.398	14.398	-	14.398	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	644.006	1.041.699	(635.764)	38.503	1.088.444	276.666	811.778	885.553	202.891
Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(165.226)	(671.156)	224.636	(2.403)	(614.149)	(161.307)	(452.841)	(608.159)	(5.990)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	(316.008)	-	-	(316.008)	-	(316.008)	(316.008)	-
Proinfa	-	(2.335)	750	(54)	(1.639)	(1.053)	(585)	(1.297)	(342)
ESS	(165.226)	(352.813)	223.886	(2.349)	(296.502)	(160.254)	(136.248)	(290.854)	(5.648)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(28.214)	(34.326)	33.604	-	(28.936)	(7.544)	(21.392)	(28.936)	-
Sobrecontratação de Energia	-	(21.392)	-	-	(21.392)	-	(21.392)	(21.392)	-
Outros	(28.214)	(12.934)	33.604	-	(7.544)	(7.544)	-	(7.544)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(193.440)	(705.482)	258.240	(2.403)	(643.085)	(168.851)	(474.233)	(637.095)	(5.990)
Total Ativos / (Passivos) Financeiros Setoriais	450.566	336.217	(377.524)	36.100	445.359	107.815	337.545	248.458	196.901

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	-	192.054
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	100.961	286.725
CVA 2016 - Período de 08.08.2015 a 07.08.2016	276.597	-
Total da Parcela A – CVA	377.558	478.779
Outros Itens de CVA	67.801	(28.213)
Total	445.359	450.566

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 10 de dezembro de 2014, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Celesc D, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

10. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Em Serviço	116.702	2.676.623
Ativo de Concessão - Distribuição de Energia (a)	116.702	2.676.623
Em Curso	79.818	213.828
Ativo de Concessão - Distribuição de Energia (a)	79.818	213.828
Total	196.520	2.890.451
Circulante	-	2.890.451
Não Circulante	196.520	-

Por meio do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 56/1999 a Celesc D formalizou a prorrogação da concessão até 7 de Julho de 2045.

Em função da prorrogação de concessão a parcela que estava registrada no Ativo

Financeiro e que será considerada na receita via tarifa durante o prazo da concessão foi transferida para o Ativo Intangível. Para este cálculo foram considerados os critérios definidos na Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de Agosto de 2015 que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Movimentação	
Saldo 31 de Dezembro de 2013	2.682.713
(+) Novas aplicações	277.651
(-) Baixa	(30.464)
(-) Baixa Ultrapassagem de Demanda e Excedentes Reativos	(77.986)
(+) Ajuste VNR	38.537
Saldo 31 de Dezembro 2014	2.890.451
(+) Novas aplicações	322.126
(-) Transferência Renovação da Concessão	(3.162.280)
(-) Baixa	(40.610)
(+) Ajuste VNR ⁽ⁱ⁾	186.833
Saldo 31 de Dezembro de 2015	196.520

(i) A Celesc D reconheceu no exercício de 2015, o montante de R\$186.833, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualizava sua Base de Remuneração Regulatória – BRR pelo IGP-M até o 3º Ciclo da Revisão Tarifária. A partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica será atualizado pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

Os Ativos Financeiros e Intangíveis de Concessão foram atualizados desde agosto de 2012, data da última Revisão Tarifária Periódica, pelo novo índice (IPCA).

11. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
ICMS	38.938	41.626
PIS/COFINS	407	399
IRPJ e CSLL	128.843	23.463
Outros	2.643	2.580
	170.831	68.068
Circulante	155.802	49.473
Não Circulante	15.029	18.595

12. Transações com Partes Relacionadas

Transações e Saldos

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	2015	2014	2015	2014
Celesc Geração S.A.								
Outros Créditos	1.124	1.052	-	-	-	-	12.352	11.451
Receita de Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	-	-	-	-	2.233	1.964	-	-
Mutuos - Coligadas, Controladas ou Controladoras	-	-	-	-	-	-	(11.060)	-
Custo Energia	-	-	-	-	-	-	(11)	-
Celos								
Entidade de Previdência Privada	-	-	18.343	15.106	-	-	(79.333)	(60.740)
Governo do Estado de SC								
Contas a Receber	8.602	7.488	-	-	-	-	393	323
Receita Operacional	-	-	-	-	75.569	52.165	-	-
Tributos a Recuperar - ICMS	38.938	41.626	-	-	-	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais - ICMS	-	-	177.054	101.653	-	-	-	-
Dedução da Receita - ICMS	-	-	-	-	2.086.450	1.410.881	-	-
	48.664	50.166	195.397	116.759	2.164.252	1.465.010	(77.659)	(48.966)

13. Intangível

	Ativo de Concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2013	233.192
Adições	18.621
Baixas	(2.153)
Amortização	(165.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	84.273
Adições	5.473
Transferência Ativo Financeiro - Renovação da Concessão	3.162.280
Amortizações	(89.746)
Amortizações - Renovação da Concessão	(106.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.055.684
Custo Total	4.144.573
Amortização Acumulada	(1.088.889)
Taxa Média Anual de Amortização	3,37%

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

14. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	126.902	124.058	-	-	126.902	124.058
Provisão para Perdas em Ativos	48.702	49.059	-	-	48.702	49.059
Benefícios Pós Emprego	305.565	239.968	-	-	305.565	239.968
Prejuízo Fiscal	25.260	28.934	-	-	25.260	28.934
Outras Provisões	-	-	1.183	545	(1.183)	(545)
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	62.514	70.880	(62.514)	(70.880)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	77.027	87.334	(77.027)	(87.334)
Parcela A - CVA	2.565	9.593	153.988	162.785	(151.423)	(153.192)
	508.994	451.612	294.712	321.544	214.282	130.068

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Celesc D e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da empresa.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Celesc D considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis. Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

Os tributos diferidos da Parcela A – CVA serão realizados à medida que a receita correspondente é fatuada aos consumidores.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2015 são:

Ano	30 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Até 1 ano	85.456	83.963
De 1 a 2 anos	63.260	62.155
De 2 a 3 anos	61.322	60.250
De 3 a 4 anos	61.834	60.754
De 4 a 6 anos	71.173	69.929
De 6 a 8 anos	59.501	58.461
De 8 a 10 anos	106.448	56.100
Total Ativo Diferido	508.994	451.612

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	107.077	662.195
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
IRPJ e CSLL	(36.406)	(225.146)
Adições e Exclusões Permanentes		
Alimentação Administradores	(36)	-
Benefício Fiscal	178	(335)
Incentivo Fiscal	(57)	(43)
Multas Indedutíveis	(3.951)	(3.642)
Depreciação / Baixas VNR	-	(28.630)
Ultrapassagem de Demanda	-	(14.680)
IRPJ/CSLL Sobre Prejuízo Fiscal	-	(5.947)
Outras Adições/Exclusões	14.541	(154)
IRPJ e CSLL no Resultado do Período	(25.731)	(278.577)
Corrente	(9.945)	-
Diferido	(15.786)	(278.577)
	(25.731)	(278.577)
Alíquota Efetiva	24%	42%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

A Celesc D vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

As diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

15. Outros Créditos

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	24.098	9.917
Rendas a Receber (b)	21.282	18.287
Programa Reluz (c)	12	12
Pessoal a Disposição (d)	3.072	6.060
Serviços Prestados a Terceiros	131	431
Adiantamentos a Empregados	567	835
Despesas Pagas Antecipadamente (e)	18.088	10.658
Substituição Tributária (f)	38.489	23.180
Outros Créditos a Receber	11.922	7.625
Total	117.661	77.005
Circulante	115.542	75.002
Não Circulante	2.119	2.003

a) Tarifa Social de Baixa Renda

O Governo Federal, pela Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a ampliação da Tarifa Social de Baixa Renda com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Celesc D promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002 e nº 485, de 29 de agosto de 2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse Residencial Baixa Renda será custeado por subvenção econômica conforme Lei Federal nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

A ANEEL, pelo Ofício Circular nº 155, de 24 de janeiro de 2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados.

b) Rendas a Receber

São créditos da Celesc D referentes a receitas auferidas pela concessionária, provenientes do aluguel de postes.

c) Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz

O Programa Reluz tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de Iluminação Pública nos municípios, pela substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

d) Pessoal a Disposição

São créditos da Celesc D referentes à Pessoal a Disposição da Celesc Holding, Celesc Geração S.A. e outros órgãos federais, estaduais e municipais.

e) Despesas Pagas Antecipadamente

São despesas de períodos futuros referentes a Vale Alimentação, Vale Transporte e Proinfa.

f) Substituição Tributária

Os valores apresentados referem-se ao ICMS incidente sobre as sucessivas operações internas e interestaduais relativas à circulação de energia elétrica que se destine ao consumo de destinatário que a tenha adquirido em ambiente de contratação livre de acordo com o Convênio ICMS 77/2011 de 5 de agosto de 2011.

16. Fornecedores

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Energia Elétrica	558.295	561.962
Encargos de Uso da Rede Elétrica	37.605	40.466
Materiais e Serviços	69.168	76.338
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	58.388	8.771
Total Passivo Circulante	723.456	687.537

17. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis da Celesc D.

Descrição	Taxas de juros e comissões (%)	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	416.921	375.932
Empréstimos Bancários (b)	7,55 a.a.	-	9.950
Eletrobrás (c)	5 a.a.	89.435	135.861
Finame (d)	2,5 a 8,7 a.a.	35.818	34.722
		542.174	556.465
Circulante		217.157	322.586
Não Circulante		325.017	233.879

a) Empréstimos Bancários

Em 11 de março de 2014, o Conselho de Administração autorizou captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$90 milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300 milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI.

Em 23 de janeiro de 2015, a Celesc D captou recursos no valor de R\$100 milhões junto ao Banco do Brasil para Capital de Giro. O pagamento será em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, vencível a primeira em 07 de fevereiro de 2016 com liquidação em 07 de janeiro de 2018, com encargos financeiros de 110% da taxa média CDI, sendo calculados por dias úteis (ano de 252 dias úteis).

Em 27 de abril de 2015, foi repactuado junto a Caixa Econômica Federal – CEF, o empréstimo para capital de giro, com prazo de pagamento alongado para 38 meses, carência de 8 (oito) meses e amortização mensal após carência. O referido empréstimo é garantido por recebíveis (duplicatas).

b) Empréstimos Bancários

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 milhões a taxa de 7,55% a.a.. Este contrato foi liquidado no primeiro trimestre de 2015.

c) Eletrobras

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%, oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

d) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e poderão ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

17.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Ano 2016	-	153.215
Ano 2017	201.292	30.924
Ano 2018	90.123	20.883
Ano 2019	15.524	14.617
Ano 2020	7.448	6.541
Ano 2021+	10.630	7.699
	325.017	233.879

17.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2013	199.686	178.953	378.639
Ingressos	88.230	391.302	479.532
Encargos Provisionados	47.745	-	47.745
Transferências	336.376	(336.376)	-
Amortizações de Principal	(301.756)	-	(301.756)
Pagamentos de Encargos	(47.695)	-	(47.695)
Em 31 de Dezembro de 2014	322.586	233.879	556.465
Ingressos	-	406.176	406.176
Encargos Provisionados	73.264	-	73.264
Transferências	315.038	(315.038)	-
Amortizações de Principal	(421.351)	-	(421.351)
Pagamentos de Encargos	(72.380)	-	(72.380)
Em 31 de Dezembro de 2015	217.157	325.017	542.174

18. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

Em reunião no dia 12 de agosto de 2015, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos referentes a segunda emissão de Debêntures na Celesc D. O contrato foi assinado no valor de R\$300 mil sendo emitidas 3 mil Debêntures ao valor nominal unitário de R\$100.

As novas debêntures, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, tem prazo de vigência de doze meses a partir da data de emissão, vencendo em 10 de setembro de 2016. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, over extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,50% ao ano.

Ao final de cada exercício, a partir de 2014, a Celesc D tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, todos os indicadores foram cumpridos.

Movimentação das Debêntures:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2013	4.631	298.402	303.033
Atualização Monetária	34.446	-	34.446
Transferências	(366)	366	-
Pagamentos de Encargos	(34.957)	-	(34.957)
Custos na emissão de Debêntures	366	-	366
Em 31 de Dezembro de 2014	4.120	298.768	302.888
Ingressos	-	291.000	291.000
Atualização Monetária	56.982	-	56.982
Transferências	290.635	(290.635)	-
Pagamentos de Encargos	(53.258)	-	(53.258)
Custos na emissão de Debêntures	3.119	-	3.119
Em 31 de Dezembro de 2015	301.598	299.133	600.731

19. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
ICMS	177.054	101.653
PIS/COFINS	54.209	23.479
IRPJ e CSLL	3.989	1.468
INSS Parcelamento	145	-
Outros	5.510	5.387
	240.907	131.987

20. Taxas Regulamentares

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Circulante	1.413.205	110.852
Programa Eficiência Energética – PEE	16.560	52.918
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.799	20.210
Encargo Conta Bandeiras ⁽ⁱ⁾	34.289	-
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	12.820	27.823
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ⁽ⁱⁱ⁾	1.324.463	8.854
Taxa de Fiscalização ANEEL	508	624
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária - CCRBT	4.346	-
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEEE	420	423
Não Circulante	254.714	182.537
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	53.153	45.355
Programa Eficiência Energética – PEE	146.073	99.841
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	55.488	37.341
	1.667.919	293.389

(i) A ANEEL, por meio do Ofício Circular/SFF nº 1.857 de 7 de abril de 2015, orientou as Distribuidoras de Energia a reconhecer as Receitas com Bandeiras referente ao fornecimento não faturado em Deduções

da Receita Bruta em contrapartida de outros encargos (passivo). E simultaneamente reconhecer o mesmo valor em Contas a Receber (Ativo) em contrapartida a Receita Bruta.

(ii) A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras a Celesc D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa.

21. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Celesc D apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Contingências Tributárias	1.628	1.628	(21.061)	(28.129)
Contingências Trabalhistas	44.797	42.514	(49.933)	(62.628)
Contingências Cíveis	56.420	44.036	(152.851)	(131.719)
Contingências Regulatórias	41.066	39.778	(46.344)	(39.451)
Contingências Ambientais	-	-	(24.273)	(24.172)
	143.911	127.956	(294.462)	(286.099)

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2013	494.970	134.908
Adições	50.015	28.528
Baixas	(258.886)	(35.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	286.099	127.956
Adições	65.570	75.829
Baixas	(57.207)	(59.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	294.462	143.911

A Celesc D é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos CO-FINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Celesc D e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Em 14 de agosto de 2015 foi publicada a decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, a qual determinou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E deveria ser o fator de atualização dos débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho, devendo prevalecer a partir de 30 de junho de 2009.

Diante deste cenário, foi ajuizada a Reclamação Constitucional com pedido de liminar perante o Supremo Tribunal Federal – STF, pleiteando a suspensão de eficácia da decisão proferida pelo TST. Em 14 de outubro de 2015 o STF proferiu decisão deferindo a liminar pleiteada, para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST e da tabela única editada pelo CSJT, determinando, ainda, que o TST preste os esclarecimentos necessários. A Administração da Celesc D avalia que o assunto ainda carece de definição por parte do Judiciário e está acompanhando o seu desfecho.

A Administração da Celesc D, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

c) Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), perda de produção de fumo (danos materiais), bem como o provisionamento da ACP nº 5003526-83.2011.404.7200, processo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina referente ao “Apagão de 2003” no valor de R\$10 milhões, entre outras.

d) Contingências Regulatórias

A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Contingências Ambientais

Em junho de 2014 a Celesc D, após a publicação da sentença do processo cível Natureza Ambiental nº 5001151-41.2013.404.7200, de autoria do Ministério Público Federal, provisionou o valor de R\$20.177, em complemento ao valor de R\$1.314.

f) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

A Celesc D tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Contingências:		
Tributárias (i)	2.253	2.253
Trabalhistas (ii)	12.230	4.987
Cíveis (iii)	50.782	38.156
Regulatórias (iv)	17.509	14.877
Ambientais (v)	16.292	16.218
	99.066	76.491

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Celesc D e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

22. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Planos Previdenciários (a)	789.350	703.923
Plano Misto / Transitório	789.350	703.923
Outros Benefícios a Empregados	619.831	499.196
Plano Celos Saúde (b)	464.289	316.689
Programa de Demissão Voluntária - PDV (d)	108.841	151.060
Outros Benefícios (e)	46.701	31.447
	1.409.181	1.203.119
Circulante	173.171	170.828
Não Circulante	1.236.010	1.032.291

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$508 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou em 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de dezembro de 2015 a Celesc D havia quitado o débito com 311 beneficiários.

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

22.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2013	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	4.037	-	(24.759)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	154.168	73.846	23.089	601	20.290	925	3.196
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	(10.929)	(85.288)	(346)	(4.098)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	86.313	11.519	148.526	(475)	(7.691)	399	1.927
Em 31 de dezembro de 2014	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	3.671	-	(27.728)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	165.691	73.434	35.906	-	12.938	1.003	3.067
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	-	(74.233)	(318)	(4.292)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	9.375	8.517	28.661	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	36.599	20.090	187.335	-	19.075	6.410	9.441
Em 31 de dezembro de 2015	1.654.146	730.019	508.506	-	108.841	16.444	38.282

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2013	1.185.760	333.797	35.600	7.730
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	(346)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	-	-	29.229	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas noAno	31.119	32.495	38.268	-
Juros sobre Ativo	129.622	35.484	4.281	864
Ganho/Perda sobre os Ativos	23.445	(27.819)	(15.513)	(277)
Em 31 de dezembro de 2014	1.262.568	301.723	38.102	7.971
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	(318)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	9.374	8.517	28.661	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas noAno	37.598	35.032	42.691	-
Juros sobre Ativo	133.899	30.854	3.432	871
Ganho/Perda sobre os Ativos	(14.860)	(8.463)	1.788	(499)
Em 31 de dezembro de 2015	1.306.406	288.409	44.217	8.025

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Ce-Saúde	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.560.983	707.232	354.789	151.061	9.349	30.066
Benefícios Concedidos	1.299.074	707.232	336.989	151.061	1.452	28.009
Benefícios a Conceder	261.909	-	17.800	-	7.897	2.057
Valor justo dos ativos	(1.262.568)	(301.723)	(38.102)	-	(7.971)	-
Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014	298.415	405.509	316.687	151.061	1.378	30.066
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.654.146	730.019	508.506	108.841	16.444	38.282
Benefícios Concedidos	1.416.798	730.019	478.812	108.841	4.750	36.088
Benefícios a Conceder	237.348	-	29.694	-	11.694	2.194
Valor justo dos ativos	(1.306.406)	(288.409)	(44.217)	-	(8.025)	-
Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015	347.740	441.610	464.289	108.841	8.419	38.282

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Despesa reconhecida em 2015	Despesa reconhecida em 2014
Plano Transitorio	42.580	33.571
Plano Misto	35.463	23.091
Plano Pecúlio	3.199	61
PDVI 2002	-	601
PDVI 2012	12.938	20.290
Plano Médico	11.610	(5.950)
Outros	-	3.197
	105.790	74.861

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Taxa de Desconto (i)	13,20%	10,93%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	13,20%	10,93%
Taxa de Crescimento Salarial (ii)	8,59%	5,55%
Taxa de Inflação Futura	5,50%	4,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (iii)	3,75%	6,00% (iii)
Taxa real de Crescimento dos Custos Médicos por faixa etária (<i>aging factor</i>)	2,50%	2,50%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,50%	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,00%	98,00%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,00%	98,00%

(i) A taxa de desconto sugerida baseia-se na média em títulos disponíveis no mercado brasileiro (títulos do governo de longo prazo - NTN-B), em 31/12/2015, observada a duração dos planos pós empregos oferecidos pela Celesc (7,30% a.a. em termos reais).

(ii) Hipótese não aplicável ao Plano Transitório, por não haver mais participantes ativos e fechados a novas adesões.

(iii) Decrescente em 0,5% a.a. até o exercício de 2024. Taxa substitui a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Mortalidade Geral	AT-2000	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949	AT-1949
Entrada em Invalidez	Light Média	Ligth Média agravada em 25%

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2016

A estimativa da despesa para o exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2016
Plano Transitório	46.997
Plano Misto	40.024
Plano Pecúlio	1.071
PDV 2012	9.909
Plano Médico	33.185
Outros Benefícios	4.045
	135.231

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado da Celesc D é de R\$1.053.590 em 31 de dezembro de 2015 e 2014 representado por 630 milhões ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(287.577) em 31 de dezembro de 2015 e R\$(93.460) em 31 de dezembro de 2014, no Patrimônio Líquido:

	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Ajuste Passivo Atuarial - Celesc D (CPC 33)	(287.577)	(93.460)
	(287.577)	(93.460)

c) Lucro Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi baseado no lucro líquido do período e o número de ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as quantidades de ações da Celesc D não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão das Demonstrações Financeiras.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Celesc D não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Composição do Lucro Básico e Diluído

	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Média ponderada de ações (milhares):		
Ações ordinárias nominativas - ON	630.000	630.000
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Celesc D (R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	0,13	0,61
Lucro básico e diluído atribuído aos acionistas da Celesc D (R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	81.346	383.618
	81.346	383.618

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Celesc D, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

e) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Celesc D, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral é calculada nos termos da Lei Federal nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, em especial no que tange ao disposto nos artigos 192 e 203, é assim demonstrada:

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	81.346	383.618
Constituição de Reservas Legal (5%)	(4.067)	(19.181)
Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	77.279	364.437
Dividendos a ser Aprovados em AGO	23.184	109.331
Mínimo Obrigatório (25%)	19.320	91.109
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório	3.864	18.222

24. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativo Coberto	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização em R\$ Mil (i)	Prêmio
Contrato de contra garantia - Seguro Garantia Judicial e Administrativo	Garantia de valores a serem depositados em processos judiciais/administrativos	08/11/2011 a 31/12/2012 Prorrogado até 21/12/2016	400.000	0,40% sobre importância segurada, calculada para cada apólice
Riscos Nomeados	Subestações	14/05/2015 a 14/05/2016	20.000	1.650 R\$ Mil

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

25. Receita Operacional

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Receita Operacional Bruta – ROB	12.125.655	8.358.110
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	9.234.542	6.143.059
Suprimento de Energia Elétrica (a)	185.461	165.932
Ativo e Passivos Financeiros	758.788	452.896
Disponibilização da Rede Elétrica	471.697	243.792
Energia de Curto Prazo	490.170	553.018
Arrendamentos e Aluguéis	-	24.913
Doações e Subvenções (i)	543.182	415.917
Receita de Construção	430.886	346.924
Outras Receitas Operacionais	10.929	11.659
Deduções da Receita Operacional	(5.392.613)	(2.260.993)
ICMS	(2.086.450)	(1.410.881)
PIS	(181.798)	(124.713)
COFINS	(837.375)	(574.437)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.485.189)	(98.215)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(31.511)	(26.373)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(31.511)	(26.373)
Taxa de Fiscalização	(6.908)	-
Contas Bandeiras Tarifárias	(34.289)	-
Outros Encargos	(697.582)	(1)
Receita Operacional Líquida – ROL	6.733.042	6.097.117

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE em 2015 foi de R\$520.608. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$22.574.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Residencial	2.157.059	2.080.657	5.188.797	5.323.112	3.086.961	2.124.060
Industrial	102.281	100.336	4.280.376	4.585.985	2.735.474	1.788.641
Comercial	249.167	241.017	3.565.389	3.621.825	2.255.389	1.494.556
Rural	234.340	233.041	1.297.173	1.328.437	508.585	324.843
Poder Público	22.048	21.334	415.279	432.813	251.893	171.721
Iluminação Pública	612	579	583.535	570.894	227.297	135.081
Serviço Público	2.956	2.779	324.122	320.754	168.943	104.157
Total do Fornecimento	2.768.463	2.679.743	15.654.671	16.183.820	9.234.542	6.143.059
Suprimento de Energia	46	44	1.493.121	1.323.036	185.461	165.932
Total Geral	2.768.509	2.679.787	17.147.792	17.506.856	9.420.003	6.308.991

(i) Informações não auditadas

26. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Custos e Despesas:		31 de dezembro de 2015				
Descrição	Com Energia Elétrica	De Operação	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal (b)	-	316.889	53.924	105.553	12.406	488.772
Passivo Atuarial	-	-	-	26.457	-	26.457
Entidade de Previdência Privada	-	17.995	2.666	7.414	-	28.075
Material	-	13.446	2	5.054	-	18.502
Serviços de Terceiros	-	60.204	57.134	61.242	403	178.983
Energia Elétrica Comp. Revenda	4.694.165	-	-	-	-	4.694.165
Encargo de Uso da Rede Elétrica	474.478	-	-	-	-	474.478
Depreciação e Amortização	-	160.689	-	35.653	-	196.342
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfa	120.911	-	-	-	-	120.911
Provisões Líquidas	-	-	(19.433)	-	8.363	(11.070)
Custo de Construção	-	430.886	-	-	-	430.886
Recuperação de Despesas	-	(4.655)	(2.350)	(21.543)	-	(28.548)
Compartilhamento de Infraestrutura	-	-	-	-	(83.539)	(83.539)
Outras Despesas/ Receitas Operacionais	-	22.529	92.800	32.762	(5.562)	142.529
	5.289.554	1.017.983	184.743	252.592	(67.929)	6.676.943

Custos e Despesas:		31 de dezembro de 2014 - Reapresentado				
Descrição	Com Energia Elétrica	De Operação	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal (b)	-	285.171	41.982	88.867	16.463	432.483
Passivo Atuarial	-	-	-	14.121	-	14.121
Entidade de Previdência Privada	-	16.032	2.119	6.129	-	24.280
Material	-	15.220	3	5.546	-	20.769
Serviços de Terceiros	-	65.087	80.567	63.947	397	209.998
Energia Elétrica Comp. Revenda	3.860.200	-	-	-	-	3.860.200
Encargo de Uso da Rede Elétrica	335.635	-	-	-	-	335.635
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	6.203	6.203
Depreciação e Amortização	-	133.656	-	31.731	-	165.387
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfa	123.305	-	-	-	-	123.305
Provisões Líquidas	-	-	5.292	-	(208.871)	(203.579)
Custo de Construção	-	346.924	-	-	-	346.924
Recuperação de Despesas	-	(4.248)	(3.565)	(15.309)	(31)	(23.153)
Outras Despesas/ Receitas Operacionais	-	13.811	27.133	27.499	12.538	80.981
	4.319.140	871.653	153.531	222.531	(173.301)	5.393.554

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	2015	GWh (i)	2014	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	1.027.272	4.039	503.985	4.125
Petrobras S.A. - Ute Governador Leon	529.209	1.821	238.547	1.453
Tractebel Energia Comercializadora	437.251	2.723	411.629	2.733
Furnas Centrais Elétricas S.A.	227.725	1.579	216.500	1.591
Centrais Elétricas de Pernambuco.	211.396	277	319.302	277
Cemig Geração e Transmissão S.A.	160.452	758	159.203	961
Cesp - Companhia En. de Sao Paulo	128.823	950	121.613	913
Copel Geração e Transmissão S.A	127.043	905	120.422	911
Santo Antonio Energia SA	125.088	1.101	78.040	724
Eletrobras Termonuclear S.A.	110.857	723	107.282	721
Companhia Energetica de Petrolina	105.245	200	164.338	200
Porto do Pecem Geração de Energia	100.352	472	82.247	472
Companhia Energética Potiguar S.A.	98.601	134	120.101	134
Energética Suape II S.A.	65.895	203	121.107	203
Usina Xavantes S.A - Aruanã	46.233	37	73.481	37
Lages Bioenergética Ltda	45.476	193	43.293	193
BTG Pactual Comercializadora de Energia	44.538	128	1.056	4
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	43.822	242	50.498	242
Cgtee - Cia de Ger. Term. de E.E.	37.832	379	33.096	381
Foz do Chapecó Energia S.A	36.189	199	33.937	199
Companhia Energética Estreito	34.452	197	32.335	197
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda	23.955	33	13.420	33
Brentech Energia S.A.	20.298	50	29.258	50
Aliança Geração de Energia S.A.	17.510	276	-	-
Serra do Facão Energia S.A.	16.907	93	15.848	93
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	15.287	37	19.495	37
Tradener Ltda	14.495	41	359	2
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	14.225	67	12.170	67
Centrais Elétricas Norte do Brasil	14.222	100	13.547	108
Geradora de Energia do Norte S.A.	13.562	37	18.617	37
Pie RP Termoelétrica S.A.	13.254	38	237	-
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	12.740	103	12.095	104
Candeias Energia S.A.	11.908	33	18.777	33
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	11.796	136	40.679	136
Llinhares Geração S.A.	11.731	33	12.856	33
Rio PCH I S.A.	9.527	52	8.930	52
Companhia Hidreletrica Teles Pires	9.162	129	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	9.069	50	8.504	50
Santa Cruz Power Corp. Usinas	9.022	50	5.702	50
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	8.624	50	8.083	50
Energest S.A.	8.602	55	8.080	55
SJC Bionergia Ltda	7.171	37	7.317	37
Termelétrica Viana S.A.	7.101	18	11.209	18
Santa Fé Energia S.A.	6.939	38	6.504	38
Borborema Energetica S.A.	6.830	18	11.276	18
Maracanau Geradora de Energia S.A.	6.735	18	9.065	18
ECE Participações S.A.	6.115	50	-	-
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-	(376.704)	-
Outros	99.332	949	387.846	1.270
	4.149.870	19.851	3.335.182	19.060
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	544.295	(505)	1.107.937	1.070
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-	(582.919)	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	544.295	(505)	525.018	1.070
Encargo de Uso da Rede Elétrica	474.478	-	335.635	-
Proinfra	120.911	427	123.305	414
	595.389	427	458.940	414
	5.289.554	19.773	4.319.140	20.544

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	2015	2014
Remunerações	243.101	212.164
Encargos Sociais	107.896	94.339
Participação nos Lucros e Resultados	22.609	14.640
Benefícios Assistênciais	35.781	32.088
Provisões e Indenizações	79.385	79.252
	488.772	432.483

27. Resultado Financeiro

Descrição	2015	2014 Reapresentado
Receitas Financeiras	395.203	208.346
Renda de Aplicações Financeiras	49.651	37.246
Variações Monetárias	18.952	4.374
Atualização Monetárias Ativos Regulatórios	38.503	-
Incentivo Financeiro Fundo Social	15.950	16.050
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	69.002	54.059
Deságios Fornecedores	65	204
Desvalorização Cambial Energia Elétrica	20.722	5.149
Receitas Financeiras – VNR	186.833	89.253
Outras Receitas Financeiras	4.840	2.011
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(9.315)	-
Despesas Financeiras	(344.225)	(249.714)
Encargos de Dívidas	(73.263)	(47.745)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	(79.333)	(60.740)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(8.897)	-
Custo na Emissão de Debêntures	(3.119)	-
Atualização de Mútuo	(11.060)	-
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	(73.702)	(16.564)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(26.785)	(22.028)
Variações Monetárias	(2.430)	(3.666)
Juros e Custos com Debêntures	(56.982)	(34.446)
Atualização Monetárias Ativos Regulatórios	(2.403)	-
Despesas Financeiras – VNR	-	(50.716)
Outras Despesas Financeiras	(6.251)	(13.809)
	50.978	(41.368)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Celesc Distribuição S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1, em decorrência da reclassificação descrita na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes às demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a *IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a *IAS 1 - Presentation of Financial Statements*. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC n.º RS.060571/O-0

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Consoante com o posicionamento dos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu aprova os referidos documentos e propõe a aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 29 de março de 2016.

Pedro Bittencourt Neto
(Presidente)

Cleverson Siewert

Ademir Zanella

Antonio Marcos Gavazzoni

Derly Massaud de Anunciação

Ernani Bayer

Luciano Chede

Alberto Ribeiro Güth

José Gustavo de Souza Costa

José Luiz Alquéres

Murillo Barbosa Vianna Neto

Wilfredo João Vicente Gomes

Leandro Nunes da Silva

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Orçamento de Capital e a proposta da administração para destinação do resultado, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda, o conteúdo do Parecer dos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 29 de março de 2016, opina por maioria, com exceção dos Conselheiros Telma Suzana Mezia e Guilherme Silva Roman, que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 29 de março de 2015.

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Antonio Ceron

Guilherme Silva Roman

Luiz Hilton Temp

Telma Suzana Mezia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8